



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM ‘O
LEAL CONSELHEIRO’: um modelo de espelho de
príncipe em Dom Duarte, no século XV português.**

**BEATRIZ DE SOUZA
OLIVEIRA**

BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA

MARINGÁ

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM ‘O
LEAL CONSELHEIRO’: um modelo de espelho de
príncipe em Dom Duarte, no século XV português.**

BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA

MARINGÁ

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM ‘O
LEAL CONSELHEIRO’: um modelo de espelho de
príncipe em Dom Duarte, no século XV português**

Dissertação apresentada por BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a): Prof^(a). Dr(a) TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ

2020

BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA

**PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM ‘O LEAL
CONSELHEIRO’: um modelo de espelho de príncipe em Dom
Duarte, no século XV português**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr(a). Terezinha Oliveira (Orientadora) - UEM.

Prof. Dr(a). Maria Celi Chaves Vasconcelos
(Examinadora externa) - UERJ - Rio de Janeiro.

Prof. Dr(a). Lais Boveto (Examinadora UEM) - UEM
- Maringá.

Prof. Dr. Rafael Henrique Santin (Suplente externo) -
IFPR – Campo Largo.

Maringá, 15 de junho de 2020.

Dedico este trabalho à Maria Adélia, minha mãe, batalhadora e sempre presente. Ao meu pai Valdeci Camillo, sempre sábio e compreensivo. Aos meus irmãos Patrick e Bethina, grandes companheiros que fazem parte da minha vida e ao Wildson, pela compreensão e pela sinceridade, ao me encorajar neste caminho.

AGRADECIMENTOS

Por entender que não podemos fazer nada sozinho, eu quero agradecer e compartilhar essa etapa importante e desafiadora em minha vida.

Agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e permitir, que eu ocupe esse tempo precioso aprendendo a trilhar bons caminhos e seguir o seu propósito.

A meus pais, Maria Adélia e Valdeci Camillo, por terem formado meu caráter, pelo carinho e apoio constante, e por sempre acreditarem nas minhas capacidades, independentemente da situação e dos desafios.

Aos meus irmãos, Bethina e Patrick, e em especial a duas primas irmãs, Ana Paula e Maria Eduarda, por me incentivarem e inspirarem por meio de gestos e palavras a superar todas as dificuldades.

Aos meus avós maternos que auxiliaram na formação do meu caráter, e por me mostrarem que com humildade podemos conquistar todos os nossos sonhos.

A todos os meus familiares que me deram apoio ao longo dessa etapa e, acima de tudo, por compreenderem as minhas ausências pelo tempo dedicado aos estudos.

Agradeço imensamente ao meu companheiro, Wildson, que me estimulou durante todos esses anos de formação, e me ajudou em muitos momentos a manter a calma e a dedicação para conciliar os estudos com as demais áreas da vida.

As minhas amigas especiais, Stefani, Jamille, Anna Paula, Viviane e Maria Laura pelo companheirismo e por me ajudarem de maneira sincera e

acolhedora a amadurecer pessoal e intelectualmente e terem contribuído para minha formação profissional e humana.

Não poderia deixar de agradecer imensamente a minha orientadora Dr (a).Terezinha Oliveira, por ter plantado em minha alma, há sete anos atrás, a semente do amor incondicional por tudo o que nós fazemos, por acreditar no ser humano, e ter mostrado durante essa etapa da minha vida que todos somos capazes de nos tornamos melhores, e por isso, agradeço por sempre ter disponibilizado tempo para me ensinar, por ter me concedido palavras construtivas, dolorosas e ao mesmo tempo enriquecedoras, a você meu sincero obrigada.

Agradeço a todos os professores do mestrado que me proporcionaram o conhecimento racional, como também a condição para manifestar o meu caráter e afetividade no campo educacional. Como discente pude enxergar que a condição de aprendiz será eterna.

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá - UEM pela oportunidade de fazer o curso de Mestrado em Educação no PPG - Programa de Pós Graduação. Gratidão por oferecer professores incríveis, um ambiente de estudo saudável e muitos estímulos para participar de atividades acadêmicas.

Sou grata não só aos professores, mas também à direção, aos funcionários do setor administrativo, da limpeza e demais colaboradores da instituição.

Gratidão aos professores participantes da banca examinadora que dividiram comigo este momento tão importante e esperado: Prof. Dr(a). Terezinha Oliveira, Prof. Dr(a). Maria Celi Chaves Vasconcelos, Prof. Dr. Rafael Henrique Santin, Prof. Dr(a). Lais Boveto, Prof. Dr(a). Ana Paula dos Santos Viana.

Além disto, gostaria de registrar o meu profundo agradecimento aos colegas do grupo GTSEAM, por todas as atividades, estudos e discussões que juntos elaboramos, por todas as orientações, e por todo o crescimento intelectual e ético que adquiri, e que hoje se materializa nessa dissertação.

OLIVEIRA, Beatriz de Souza. **PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM 'O LEAL CONSELHEIRO': um modelo de espelho de príncipe em Dom Duarte, no século XV português.** (104f.). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador (a): Terezinha Oliveira. Maringá, 2020.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA EM 'O LEAL CONSELHEIRO': um modelo de espelho de príncipe em Dom Duarte, no século XV português

RESUMO

Nessa dissertação apresentamos os resultados de nosso estudo acerca de uma obra que consideramos como espelho de príncipe do rei Dom Duarte (1391-1438), no século XV. A obra intitulada *O Leal Conselheiro* (1438) foi nossa fonte principal. A sua construção é composta por diversos ensinamentos de caráter moral, aos nobres da corte portuguesa, e foi interpretada como um manual de bons costumes e boas ações para a monarquia da época. Exatamente por possuir essas características que consideramos um documento fundamental para pensar a história da educação no outono medieval português. Nossa pesquisa dispõe também de uma averiguação na fonte sobre os filósofos Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino, que observamos terem sido estudados por Dom Duarte, bem como, as influências desses pensadores no comportamento e no pensamento do rei. Destacamos em nossa metodologia a história de longa duração com Marc Bloch (1886-1944) e Fernand Braudel (1902-1985), para apresentar essa temática escolhida como pertencente a história social e nos permitindo sustentar a relevância do documento formativo para a sociedade portuguesa, na primeira metade do século XV.

Palavras-chave: História da Educação Medieval; Espelho de Príncipe; Formação do ser humano, Virtudes Sociais.

OLIVEIRA, Beatriz de Souza. **EDUCATIONAL PRINCIPLES AND HUMAN FORMATION IN 'THE LOYAL COUNSELOR': a prince mirror model in Dom Duarte, in the portuguese 15th century.** (104f.). Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Maringá, 2020.

ABSTRACT

In this dissertation we present the results of our study about a work that we consider to be the mirror of King Dom's prince Duarte (1391-1438), in the 15th century. The work entitled *The Loyal Counselor* (1438) was our main source. Its construction consists of several teachings moral character, to the nobles of the Portuguese court, and was interpreted as a manual of good customs and good deeds for the monarchy of the time. Exactly for having these characteristics that we consider a key document for thinking about the history of education in autumn medieval Portuguese. Our research also has an investigation in the source about the philosophers Aristotle, Seneca and Thomas Aquinas, who we observe that they were studied by Dom Duarte, as well as, the influences of these thinkers in the king's behavior and thinking. We highlight in our methodology the long-lasting history with Marc Bloch (1886-1944) and Fernand Braudel (1902-1985), to present this theme chosen as belonging to social history and allowing us to sustain the relevance of the formative document for Portuguese society, in the first half of the 15th century.

Key words: History of Medieval Education; Prince's Mirror; Human Formation, Social Virtues.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. AS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS EM PORTUGAL QUE INFLUENCIARAM O SURGIMENTO DA DINASTIA DE AVIS.....	21
2.1 Expansão da Dinastia de Avis.....	29
2.2 Dom João I e Dom Duarte representado pelos cronistas.....	32
2.3 Reflexões sobre a Carta de Bruges como um exemplo de projeto para a manutenção da dinastia.....	37
2.4 O Espelho de Príncipe na Idade Média.....	44
3.DOM DUARTE.....	53
3.1 O Rei Filósofo.....	58
3.2 A sabedoria em Dom Duarte: considerações sobre o fracasso governamental e a melancolia do rei.....	68
4. ESPELHO DE PRÍCIPE.....	76
4.1 Análise do Leal Conselheiro.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
6. REFERÊNCIAS.....	100
FONTES.....	100
ESTUDOS.....	102

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo se deu em analisar o livro *O Leal Conselheiro* de D. Duarte (1391-1438), escrito no século XV como um manual de boa conduta, que consideramos ser um exemplo de Espelho de Príncipe. Por isso, apresentamos no decorrer da pesquisa, que o gênero Espelho de Príncipe foi um modelo de anotações com finalidade educativa muito utilizada ao longo da Idade Média no Ocidente. No entanto, destacamos que não apenas D. Duarte, mas também outros autores medievais produziram textos que assumiam a característica de espelho, como: Giovanni Della Casa (1503-1556) ao produzir o livro “Galateo” ou dos “Costumes” (1558), D. Pedro (1392-1449) com a “Carta de Bruges” e Erasmo de Rotterdam (1466-1503) que escreveu em 1519 “De Pueris”.

Nesse exame sobre o manual de boa conduta escrito em 1433, apresentamos para quem o conteúdo foi destinado e a finalidade atribuída por D. Duarte para a época. A esse respeito, podemos destacar que o rei de Portugal, escreveu esse livro com a intenção de defender a manutenção da Dinastia de Avis, pois fora o segundo na linha de sucessão. O seu principal objetivo foi apresentar as virtudes sociais como condição de conservação do reino.

Assim, as questões sobre a vida virtuosa que D. Duarte escreveu aos nobres da corte portuguesa, são observadas durante *O Leal Conselheiro* em muitos capítulos, nos quais o autor aconselha especificamente o povo da corte a adquirir as virtudes: temperança, justiça, fortaleza e prudência em suas ações. Dessa forma, entendemos que D. Duarte (1391-1438) delimitou as questões de formação humana por meio de princípios educativos que tomam forma pelo ensino desses valores.

Por se tratar de um ensino com aspectos morais importantes ao povo da corte portuguesa e, principalmente, por apresentar um olhar específico às ações humanas consideramos essa pesquisa como relevante no campo da história da educação, pois buscamos mostrar o homem como ser social. Sendo assim, compreendemos no decorrer desse estudo que, o pensar no convívio dos homens em sociedade se torna importante, por podermos observar as

estratégias educacionais e formativas para a própria humanidade. Dessa forma, entendemos que o homem virtuoso no Leal Conselheiro foi uma das maneiras existentes no decorrer da história de se pensar a educação.

As reflexões dessa dissertação se alinham às concepções teóricas, que dão suporte aos estudos realizados no grupo de pesquisa sobre Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade (GTSEAM), pois realizam análises sobre a educação nos tempos antigo e medieval. Além disso, a formação como pedagoga me permite ter o interesse peculiar a respeito de discussões educacionais para o medievo português. Menciono ainda, que as pesquisas acadêmicas que realizei contribuíram positivamente para a escolha do tema sobre o ensino da moral em um Espelho de Príncipe. Entre as atividades de pesquisa realizadas, destaco o projeto de (PIC) intitulado As Ordens mendicantes do século XIII, e A concepção de governante para Tomás de Aquino, no contexto do século XIII, e um projeto de (PIBIC) a respeito do Modelo de príncipe segundo infante Dom Pedro no século XV: do princípio educativo e da formação humana.

Do ponto de vista teórico, esse estudo possui o entendimento da história de longa duração. Por isso, apresentamos nossa análise sobre a história com base em autores dos Annales (1929), como Marc Bloch (1886-1944), Fernand Braudel (1902-1985) e Jacques Le Goff (1924-2014). Esses autores agregam valor a essa pesquisa por nos fazer refletir sobre a história em sua finalidade. Assim, compreendemos por meio desses autores que a história carrega o sentido de investigação e, de certa forma, implica em uma busca por acontecimentos do passado, das ações realizadas pela humanidade no decorrer dos tempos, envolvendo tanto as relações entre os indivíduos quanto às guerras e os avanços conquistados pelos homens.

Além da concepção teórica da história de longa duração, podemos indicar o próprio livro escrito por Dom Duarte (1391-1438) como um registro histórico, pois fez parte de explicações sobre atitudes humanas no reino português do século XV e atribuiu certo sentido a um determinado modelo de homem que passou a ser difundido no período do qual tratamos. Esse modelo de pessoa esteve pautado no bem de uma sociedade, esse bem seriam ações virtuosas que causariam a afirmação da Dinastia de Avis.

O Leal Conselheiro é um tratado sobre os pecados e as virtudes, redigido por D. Duarte para melhor regimento das —consciências e vontades próprias, das gentes da casa e dos senhores do reino. Obra de teor moral e intenção didática, visava a servir como uma espécie de manual de conduta virtuosa, destinado prioritariamente ao homem nobre português, cuja melhor formação o rei acreditava seu dever orientar e guardar. Um — ABC da lealdade (MUNIZ, 2001, p.248 e 249).

A passagem de Muniz (2001) expressa a intenção de D. Duarte em direcionar alguns ensinamentos morais aos homens nobres portugueses. Esses ensinamentos versavam sobre a necessidade de transformar os vícios em virtudes. Para o autor, o rei D. Duarte teria produzido um regimento que pudesse auxiliar na consciência e na vontade desses indivíduos, que na época eram os seus súditos. Isso justifica o teor didático dessa fonte, porque o Leal Conselheiro estava inserido entre os escritos medievais com finalidade educativa que foi o Espelho de Príncipe.

Nos primeiros tempos, os christãos confessavam-se às muralhas frias dos templos: D. Duarte confessavam-se às folhas mudas dos livros. Assim desafojava a alma afflicta; e se isto era sem valor para o mundo que continuava a despedaçarlha, era todavia de uma infinita consolação para ele. Fazendo o Leal Conselheiro um formulário de recitas contra o humor merencório de que se achava inquinado, imaginava, ao pregar a virtude e a ação voluntaria, ser bastante affirma-las no papel para que se traduzissem nos factos (MARTINS, 1936, p. 167).

Na passagem, o autor apresenta uma das características que pertenceu à vida do rei português: a escrita. Segundo percebemos na obra de Martins (1936), essa vontade de D. Duarte em escrever foi também uma maneira de contar os feitos de sua própria vida. Portanto, podemos identificar com essa passagem que o livro produzido por esse rei, foi formado por um conjunto dos seus próprios textos, nos quais ele refletia sobre muitos assuntos da vida humana.

A análise da obra tem o objetivo recuperar a memória de um povo, a maneira como se constituíram como reino português, estreitando os laços necessários para formar uma civilização. Essa foi nossa principal fonte de estudo,

pois indica situações que foram cotidianas e podem dar uma noção aproximada de como era a vida no reino.

Compreender o tempo "é essencialmente dar provas de reversibilidade". Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual (LE GOFF, 1990, p. 215)

Nossa olhar para as questões sobre a recuperação histórica seguem o conceito estabelecido em Vernant¹ (2001), compreende-se por meio desse autor que a memória não é a reconstrução da História, mas a recuperação dela que remete a pensar na possibilidade de um posicionamento político existente em tempos anteriores ao nosso. Para Le Goff, foi Eric Hobsbawm² (1972) que fez o levantamento do problema da "função social do passado", entendendo por passado o período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se lembra, diretamente.

Na percepção de Le Goff (2003), o tempo passado, presente e futuro são interdependentes uns dos outros. No documento *O Leal Conselheiro* (1448)³ observamos de acordo com esse historiador, algum entendimento sobre a relação entre as temporalidades, buscando por acontecimentos que demonstraram a responsabilidade ou a falta dela, por parte de D. Duarte (1391-1438), e principalmente os resultados que tiveram na continuação do reinado de seu pai D. João I (1357-1433) com a sociedade portuguesa e, precisamente com a formação de príncipes da corte que assumiriam os futuros governos.

Essa relação entre as temporalidades ficou mais evidente com surgimento da escola dos Annales. A partir desse movimento historiográfico, as temporalidades passaram a ser mais difundidas como fonte de estudo, e assim, também possibilitou entendermos os homens como seres da sociedade.

1 Jean Pierre Vernant (1914-2007) antropólogo e historiador francês que se dedicou aos estudos sobre a Grécia Antiga e mitologia grega.

2 Eric Hobsbawm (1917-2012) reconhecido como historiador e intelectual do século XX.

3 Utilizado uma reimpressão do livro *O Leal Conselheiro* feito pela Universidade de Toronto da edição de 1843.

Esta concepção das relações passado/presente desempenha um grande papel na revista "Annales" - fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch -, que inspirou e deu nome à revista britânica de história "Past and Present", a qual, no primeiro número, em 1952, declarou: "A história não pode, logicamente, separar o estudo do passado, do estudo do presente e do futuro" (LE GOFF, 2003, p.224).

Assim, para construir esse passado devemos perceber quais foram os atores e responsáveis com o reino português, isso requer que tenhamos a compreensão de que os homens são seres sociais e, a partir disso, perceber como a história pode ser formulada. A esse respeito explica Camargo (1997) que o movimento historiográfico de 1929 propunha olhar para a história como um problema, buscou para isso a interdisciplinaridade para formular novos problemas, pois entendeu a história como pertencente ao espaço social, ou seja, a história lidou com o resultado das ações humanas.

A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo [...] A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra —social, enfatizada por Febvre, em Combates por La história (CAMARGO, 1997, p. 76).

Ao incluir essa interdisciplinaridade para a compreensão da própria história, houve uma ampliação de áreas e fontes que puderam fazer parte dessa explicação sobre acontecimentos. Com essa nova perspectiva, encontra-se a história social, que parte do entendimento de que as ações humanas são a parte fundamental para se construir a história.

Assim, nosso estudo sobre D. Duarte (1391-1438) considera a contribuição social da obra para a formação da história de Portugal, no século XV, e nos possibilita incluir a máxima aristotélica de que os seres humanos são exatamente o que fazem.

Sendo, pois, o fim aquilo que desejamos, e o meio aquilo acerca do qual deliberamos e que escolhemos, as ações relativas ao meio devem concordar com a escolha e ser voluntárias. Ora, o exercício da virtude diz respeito aos meios.

Por conseguinte, a virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa; de modo que quando temos o poder de agir quando isso é nobre, também temos o de não agir quando é vil; e se está em nosso poder o não agir quando isso é nobre, também está o agir quando isso é vil. Logo, depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se é isso que se entende por ser bom ou mau, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, v. II, III, § 40).

Tendo como centro as ações humanas, essa passagem descreve a respeito do poder existente em nossas escolhas, pois a partir delas podemos produzir o bem ou o mau para a nossa sociedade. Essa reflexão foi observada em nossa fonte de pesquisa com a finalidade de questionar sobre as escolhas que marcaram o reinado de D. Duarte (1391-1438).

A questão dos atos humanos que torna evidente as consequências das ações realizadas pelas pessoas, aparece também nos argumentos de Le Goff (2003) que, ao explicitar sobre as temporalidades e a própria compreensão dela por parte dos historiadores, ou de pesquisadores, expôs que o nosso futuro é formado por ações e responsabilidade inteiramente dos homens.

Nas palavras desse historiador, devemos observar a história como um processo de longa duração, pois cabe a ela observar os homens e não apenas os fatos. Elaborou essa análise considerando que o passado deve nos servir de herança. Porque nele se encontram os vestígios das ações ou manifestações dos homens, pois ainda que estejamos nos encaminhando para o novo, sempre há de existir uma origem, uma raiz do qual se ascende as coisas.

Talvez ainda seja preciso apontar que um verdadeiro período histórico é habitualmente longo: ele evoluiu, pois a história jamais é imóvel. No decorrer dessa evolução, ele é levado a experimentar renascimentos mais ou menos brilhantes, que amiúde se baseiam no passado, fruto de um fascínio por esse último, sentido pela humanidade da época. Mas esse passado só serve como uma herança que permite o salto para um novo período (LE GOFF, 2014, p. 129).

Seguimos essa formulação para analisar as atitudes realizadas no governo de D. Duarte (1391-1438) considerando esse aspecto de origem e de herança deixada por Dom João I, pois pretendemos observar quais foram as

consideráveis influências do reinado anterior e entender qual teria sido a importância atribuída por D. Duarte (1391-1438) ao conhecimento durante seus curtos anos do seu governo.

A esse respeito destacamos no escrito do historiador francês Marc Bloch (2001) que o conhecimento sobre a história pode nos permitir conhecer as intenções e motivações dos homens. Na obra “*O ofício do historiador*”, escrito por Bloch, o autor expressa a necessidade que os homens possuem em compreender as coisas. Seu entendimento foi de que — O passado por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado por uma coisa em progresso que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001, p. 75).

Esse tempo do qual estamos tratando é, sem dúvida, o tempo de atuação dos homens e foi dentro desse aspecto que analisamos os escritos do reino português, pois o motivo existente para se remeter aos fatos acontecidos, ou a existência de fatos do passado, em nossa pesquisa, se posterga a entender no presente as ações humanas e suas consequências.

Com relação a esse princípio de longa duração, Braudel (1902-1985) escreveu no livro *Escrito sobre a História* (1978), que a história consegue acompanhar, com definição, o passado e o presente, possibilitando uma melhor análise dos fatos. Desse modo, o autor apresenta ser “[...] a história filha de seu tempo” (BRAUDEL, 1978. p. 17), portanto, ao incluirmos a longa duração nesse estudo, pretendemos mostrar que a história fez e faz parte da vida dos homens.

Coube a esse estudo dividir os assuntos, iniciando com uma descrição sobre a formação da Dinastia de Avis no século XIV por Dom João I (1357-1433) e depois apresentar a respeito da formação familiar e a conquista do trono por Dom João I (1357-1433) como uma implicação de enfrentamentos entre o reino de Portugal e Castela.

Ao longo desse trabalho apresentamos as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que fazem parte dessa preocupação em manter uma dinastia vigente no território português. Com o intuito de explicitar as razões pelas quais, a nosso ver, D. Duarte (1391-1438) precisaria defender o reino,

iniciamos a pesquisa analisando as disputas pelo trono que estavam ocorrendo, no contexto histórico, pela continuação da monarquia de linhagem sanguínea. Ainda sobre esse assunto, buscamos analisar aspectos da situação social e econômica envolvidas nessa batalha, pois entendemos que elas formaram praticamente uma base para o século seguinte, que foi o século XV. E sem o entendimento das motivações históricas não poderíamos compreender o período que D. Duarte (1391-1438) viveu e escreveu *O Leal Conselheiro* (1433).

Como veremos ao longo desse estudo, D. Duarte (1391-1438) foi uma personagem que, em 1433, assumiu o governo do reino sucedendo o seu pai D. João I (1357-1433), o grande mestre de Avis. Segundo Mongelli (2001), esse herdeiro não pôde se comparar ao pai, que esteve sempre pronto para as batalhas envolvendo-se com guerras e expedições que viessem a contribuir com a popularização dele como rei de Portugal.

Assim, ainda que nosso objeto de estudo seja a análise da obra de D. Duarte (1391-1438), retomamos o período de afirmação de D. João I (1357-1433) no poder porque pensamos que esse momento histórico nos permitirá compreender o início da dinastia de Avis que coube a D. Duarte (1391-1438) consolidar. Nesse sentido, essas reflexões possibilitarão tecer aproximações para mostrar as consequências do governo anterior, na construção mental e na postura do povo português.

Ainda no segundo capítulo, será colocado o crescimento do reino português sob o comando dos líderes de Avis, para abarcarem novas terras e melhorarem as arrecadações econômicas o que possibilitaria, mais tarde, a expansão marítima de Portugal. Essa necessidade de melhoria na relação comercial não foi exclusiva de Portugal. Muitos foram os reinos que saíram em busca de novos territórios por dois grandes motivos: o primeiro de ordem financeira e o segundo de ordem política.

Destacamos sobre esse tema a conquista de Ceuta, que foi um marco importante para estabelecer e fortalecer as relações comerciais dos portugueses nessa cidade. Além dessa conquista, apontamos o feito de desenvolvimento e aperfeiçoamento das grandes navegações como mérito desse reino, que soube

persistir nos mares, e criaram rotas marítimas ao ultrapassar o temido Cabo Bojador.

Além disso, também destacamos sobre os cronistas que foram os responsáveis por descrever os acontecimentos e tudo o mais que pertencia dos reis. Dentre esses cronistas medievais, abordamos sobre vida e obra de Ruy de Pina (1440-1522) e Fernão Lopes (1380-1460).

Ainda nesse capítulo, inserimos a questão de atuação humana por meio das virtudes, com o intuito de mostrar a importância do conhecimento como meio para que pessoas pudessem realizar boas ações. Para isso, analisamos dois exemplos de projetos sociais apresentados em dois tempos históricos distintos: a *Carta de Bruges* (1426) do Infante D. Pedro (1392-1449) e o tratado *De Re Rustica* (I d. C) de Lucius Junius Moderatus Columella (4 d.C- 70 d.C) para apontar a possibilidade de aprimoramento das ações humanas em prol de um bem maior, que nos dois casos estudados foi a sociedade.

Depois da parte contextual do momento histórico, apresentamos nosso objeto de estudo *O Leal Conselheiro*, a vida do rei D. Duarte. Para isso, elaboramos algumas considerações a respeito da relação amigável com sua mãe, a rainha D. Filipa de Lancaster, e posteriormente de seu casamento com D. Leonor. Mostraremos, na sequência, o conteúdo sobre o rei de caráter filosófico que compõe explicações sobre a formação humanista que desenvolveu ao longo a sua vida juntamente com a adoração em escrever. Além disso, justificamos a produção do *O Leal Conselheiro* como uma base de conhecimentos formativos de caráter moral para os indivíduos da corte portuguesa.

Nosso estudo foi realizado observando os aspectos emocionais do rei humanista, o que considerava o bem comum como uma condição que deveria ser sempre protegida. Em nosso entender D. Duarte foi um governante diferente, porque estudou os textos de autores antigos sobre as ações humanas, e assim percebeu que o povo da corte portuguesa precisava das virtudes para aprimorar o convívio social. Essa diferença não o fez melhor, nem pior, apenas apresentou com mais clareza sua sensibilidade às questões humanas.

A opção por trabalhar com essa temática se deu considerando os projetos de iniciação científica realizados durante a formação em Pedagogia. Mesmo com

inúmeras fontes e estudos sobre Dom Duarte escolhemos *O Leal Conselheiro* como fonte principal da pesquisa, com a intenção de mostrar que existiu uma permanência desse modelo de escrita na história, aliando-se com a concepção de longa duração que aparece no decorrer do estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise bibliográfica, apresentando a interpretação sobre os autores medievais e contemporâneos que trataram da temática: Espelho de Príncipe. Destacamos ainda, que a fonte principal da qual tivemos acesso não estava escrita em latim, mas sim, em português arcaico. O ano de escrita de *O Leal Conselheiro* foi 1438, mas foi utilizada a reimpressão fac-similar de 1843.

2. AS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS EM PORTUGAL QUE INFLUENCIARAM O SURGIMENTO DA DINASTIA DE AVIS.

Nossa investigação se inicia com as disputas no reino de Portugal e Castela com o objetivo de expor a importância da história da educação não apenas como uma narrativa fechada no passado, mas que é revelada a partir das inquietações do presente, junto aos estudos do pretérito. Podemos considerar que as preocupações que os homens possuem, quando estão vivendo, faz parte de uma característica humana que nos diferencia dos demais animais, pois vão além de anseios meramente referentes das necessidades biológicas.

Por esse motivo lançamos nosso olhar aos registros sobre o contexto histórico do século XIV para refletirmos e compreendermos o momento em que foi produzida e pertenceu a obra *O Leal Conselheiro* do rei Dom Duarte.

Os acontecimentos do medievo português, no século XIV, mereceram uma análise nesse estudo por formarem a base que possibilitou o surgimento da Dinastia de Avis. Essa linhagem teve origem no governo de D. João I (1357-1433), entre os anos de 1383/1433, e influenciou a administração do sucessor D. Duarte entre os anos 1433/1438. A obra *O Leal Conselheiro* foi escrita ao longo do governo de D. Duarte, especificamente no ano de 1438 com o intuito de, segundo nosso entendimento, consolidar a dinastia fundada por D. João I. Atenta-se no manual⁴ para a disposição da alma utilizando-se das virtudes⁵: prudência, justiça, temperança e fortaleza.

O que permitiu o acesso de D. João I ao trono e a continuidade da dinastia de Avis foi à afirmação da instituição monárquica, por meio da descendência, defendendo a substituição dos reis apenas pela mesma linhagem. Posteriormente, com D. Duarte mantivesse o interesse em conservar

4 O tratado *O Leal Conselheiro* (1438) escrito por D. Duarte.

5 *Leal Conselheiro*, edição de 1843, p. 68 —[...] Segundo usar das cardeaes virtudesll.

o funcionamento da própria dinastia. Assim, observamos que nossa contextualização se pauta na questão de disputa do trono de Portugal. Esse conflito ocorreu entre os reinos de Castela e Portugal a partir do período de interregno no ano de 1383.

A sucessão de eventos responsáveis por D. João I ascender ao trono em Portugal esteve relacionada às guerras que ocorreram para a formação do Estado Nacional Português. Essas lutas se iniciaram com os povos da Península Ibérica contra os mouros que, ao serem expulsos dos territórios permitiram que novos reinos fossem surgindo no local. Entre os reinos podemos destacar: Leão, Portugal, Castela, Aragão, Navarra.

O então rei que ocupava o poder em Portugal D. Fernando I (1345-1385), que se casou em 1372 com a rainha Leonor Teles (1350-1386) causou grande indisposição social com seu matrimônio. É importante salientar que D. Fernando I (1345-1383) esteve no comando tanto de Portugal quanto de Algarves nos anos 1380/1383. Segundo Marques (1977) seus dezesseis anos de governo foram lembrados, não pela proteção dispensada ao povo como um «bom rei», mas antes pela incapacidade de lhe dar paz, justiça e prosperidade. Da união com a rainha teve uma filha D. Beatriz (1373-1412) que anos depois se casou com o rei de Castela D. João (1359-1390), como uma maneira de afirmar o acordo estabelecido entre os reinos.

Após morte de D. Fernando I, em 1383, agravou-se a insegurança no reino, e por não ter um sucessor masculino o governo foi entregue a sua filha D. Beatriz. Conforme Marques (1977) ratifica — na falta de herdeiro masculino a sucessão de D. Fernando passou para a sua única filha legítima, D. Beatriz, que se casara com D. João I, rei de Castela. Essa situação teve uma crescente piora quando o marido de D. Beatriz, D. João I de Castela, se autoneomeou rei de Portugal no mesmo ano.

Esse momento em Portugal foi chamado de interregno⁸. Por não ter um governante de fato português ocupando o maior cargo do governo. Como já mencionado anteriormente a notícia sobre o falecimento de D. Fernando, D. João I conhecido como mestre de Avis se autolegitimou como o verdadeiro herdeiro do trono.

Segundo Coelho (2018), ele se reuniu com as cortes⁶ de Coimbra. As são instituições representadas por corpos sociais do reino, a nobreza, clero e conselhos. Além das cortes, D. João I também obteve o apoio das fileiras médias e baixas da burguesia⁷. Após a crescente oposição do povo português ao comando por parte de Castela, finalmente conseguiu assumir o trono de Portugal.

As camadas baixas da nobreza e os filhos-segundos, desejosos de obter terras e cargos que pertenciam aos poderosos senhores feudais, alinharam com o Mestre também. Por diferentes motivos, a média burguesia e o artesanato, que aspiravam a uma maior participação na administração local (sobretudo em Lisboa) e nos assuntos - económicos em geral, escolheram o Mestre de Avis por seu chefe contra os defensores da velha ordem. As classes inferiores, também, desejosas de apoiar fosse quem fosse que lhes pudesse dar ou prometer esperança de vida melhor, ou simplesmente devido ao desespero ou a um comando demagógico, seguiram os chefes do movimento e activamente cooperaram nele, gritando, matando e saqueando (MARQUES, 1977, p.111)

D. João I foi considerado o filho bastardo e ilegítimo do rei D. Pedro (1320-1367) com Teresa de Lourenço que foi uma das mulheres com quem o rei D. Pedro teve um relacionamento extraconjugal. De acordo com Marques (1977), D. João I ganhou a simpatia do povo que o ajudara na revolta contra Leonor Teles (1350-1386), D. João de Castela (1359-1390) e D. Beatriz (1373-1412). Assim, D. João I conseguiu a sua elevação ao trono como o herdeiro de linhagem sanguínea de D. Pedro.

Essa disputa para conquistar o poder do reino dependia não apenas a relação de dominação existente entre Castela e Portugal, mas também toda a expansão territorial que repercutiria na ordem econômica dos reinos. Nas

6 Discussão de Maria Helena Coelho em As cortes no reino de Portugal: antecedentes e concretizações. 2018.

7 História de Portugal, 1997, p. 110.

palavras de Ziere (2014), D. João I (1359-1390) conseguiu apoio da nobreza, da população pobre de Lisboa e de outros homens da cidade (como os mercadores e membros dos conselhos) para assumir o poder, inicialmente como regedor de Portugal. Esse momento ficou conhecido como a “Revolução de Avis”. A esse respeito Coimbra (2014) descreve a nobreza que apoiava a dinastia de Avis:

A nobreza que apoiava a Dinastia de Avis sofria ataques tanto dos nobres portugueses de antiga linhagem, que não aceitavam a ascensão desta nobreza secundogênita, como do monarca e de nobres castelhanos que ainda defendiam o direito sucessório do rei de Castela ao trono de Portugal. Este novo grupo social lusitano era fruto da ascensão de nobres fecundos, mercadores e até mesmo alguns cidadãos ou camponeses, que mostraram bravura e lealdade ao Mestre de Avis durante o processo de lutas contra Castela e constituída no processo denominado Revolução de Avis. Em última análise, homens que em uma situação normal, dentro da lógica do regime feudal medieval, dificilmente conseguiriam participar do núcleo de decisões políticas da corte régia ou senhorial (COIMBRA, 2014, p. 09).

Essa passagem mostra a lealdade das diferentes camadas sociais com o mestre aviseno durante a guerra contra o poder castelhano. A Batalha de Aljubarrota, que aconteceu em 1385, foi o marco da derrota de Castela contra Portugal. Nesse conflito, as tropas portuguesas comandadas por Nuno Álvares Pereira derrotou as tropas castelhanas. Segundo a crônica escrita por Fernão Lopes, Nuno Álvares Pereira (1360-1431) teria conquistado essa vitória contra as tropas de Castela por inventar a tática chamada — tática do quadrado, que possibilitou aos portugueses ganharem à batalha. Com isso, Nuno Álvares Pereira (1360-1431) recebeu o título de herói da guerra e, posteriormente, recebeu do monarca a posição nobre de condestável do reino. Ainda sobre Nuno Álvares Pereira, o cronista Fernão Lopes⁸ escreve na Crônica de Dom João I a respeito de como ele teria se tornado o condestável e: alguns modos de viver como homem de confiança no governo de D. Fernando, elencando ao cavaleiro as seguintes palavras:

⁸ Fernão Lopes foi autor da Chronica de D. João, escreveu também a Chronica sobre D. Duarte e Chronica de D. Fernando.

E porém se escreve d'elle que foi grande e forte muro, e segundo braço da defensão do reino. Assim que com grande vontade diziam d'elle os povos que nenhum poderá ser a semelhante honra de que tantos proveitos viessem ao reino e á alteza real, come este (FERNÃO LOPES, 1897, p. 217).

Na obra “*Os Filhos de D. João I*” também se realiza uma apresentação a respeito da Batalha de Aljubarrota. Nas palavras de Marques (1977), esse combate foi descrito em três fases. A primeira com a invasão em 1384, a segunda em maio de 1385 com a batalha de Aljubarrota e a terceira com o acordo entre portugueses e ingleses de 1386.

A guerra passou por três fases principais: na primeira Guerra (Janeiro-Outubro de 1384), D. João I invadiu Portugal, alcançou Lisboa e cercou-a em vão durante quatro meses; no entretanto, os Portugueses, chefiados por Nuno Alvares Pereira, filho ilegítimo do Mestre dos Hospitalários, derrotou os Castelhanos em Atoleiros, no Sul (Alentejo). Na segunda fase (Maio-Outubro de 1385), D. João I de Castela invadiu Portugal de novo, para sofrer completa derrota em Aljubarrota, às mãos de um exército muito mais pequeno mas dispo de organização superior e beneficiando do apoio dado por archeiros ingleses e acaso por conselheiros da mesma nacionalidade; algures, os Portugueses também derrotaram os Castelhanos em lides menos significantes (Tranco'so, Valverde). Na terceira e última fase (Julho de 1386-Novembro de 1387), um tratado formal entre Portugal e a Inglaterra trouxe o duque de Lencastre à Península Ibérica como pretendente à coroa castelhana (MARQUES, 1977, p. 111).

As duas primeiras fases da guerra foram mencionadas anteriormente, porém a última fase dessa disputa foi realizada a negociação entre as coroas de Portugal e Inglaterra com o casamento aprovado pelo Papa de Roma entre o rei e Filipa de Lancaster.⁹ Essa união apareceu na descrição do livro *Os filhos de D. João I* (1936), como uma medida que teria inclusive favorecido D. João I. Assim, o autor elucida que o surgimento da Dinastia de Avis aconteceu após a revolução de 1383, que foi marcada pela disputa do poder de Portugal logo após a morte de D. Fernando em 1383. Esse confronto pelo reino português se encerrou em 1387, e só foi possível após os portugueses se aliarem aos ingleses.

⁹ Filipa era sobrinha dos reis de Inglaterra e, portanto, descendente de uma das principais casas reinantes. Esse casamento também era uma maneira de melhorar a imagem de filho bastardo do rei que agora se casava com a mais antiga.

Esses destaques aos fatos que antecederam o surgimento da dinastia de Avis nos permitem refletir sobre os acontecimentos do passado que influenciaram o modo de pensar e agir do rei. Segundo Coser (2007), na medida em que o rei soube lidar com a nova correlação de forças que se configurava e com a insatisfação de diversos segmentos sociais, ele conseguiu assumir o trono.

Essa influência na maneira de pensar e agir do povo foram, conforme Ruy de Pina (1966), na crônica escrita sobre a vida de D. Duarte, constatada na consciência coletiva, que passou a fazer parte da ideia de governo de D. João I. Portanto, o objetivo foi de promover uma renovação de pensamento e formar o conjunto de características para o povo português. Esse teria sido um dos motivos pelos quais D. João I (1357-1433), reconhecido como o — outro, por ser o filho bastardo de D. Pedro, se preocupou em desenvolver junto com o trabalho dos cronistas uma nova imagem a seu respeito. Observa Zierer, no escrito *Dinastia de Avis* (2014):

Através de diversos meios, essa dinastia buscou a construção de ideias que contribuíram na elaboração de uma imagem positiva para D. João, desconstruindo a sua figura como a do outro manchado pela ilegitimidade, para torná-la um símbolo do nascente conceito de nacionalidade portuguesa e uma expressão deste povo (ZIERER, 2014. p.4-5)

A passagem expressa o intuito de simbolizar, por meio de crônicas do rei, um verdadeiro ‘homem português’ que precisava manter a monarquia, e ser aceito como o legítimo herdeiro sanguíneo de D. Pedro. O cronista Ruy de Pina (1966) relata que esse filho foi um homem agraciado por Deus — [...] dotado de todas outras perfeições do corpo e d’alma [...] (*Crônica de Dom Duarte*, III, p. 82). Essa foi a imagem que se expôs do rei e vigorou em Portugal não apenas em seu governo, mas também no reinado de D. Duarte a partir de 1433, assumindo como compromisso a continuidade de um reinado que defendesse a proteção ao povo de Portugal.

Durante todo esse período, do reinado de D. João ao de D. Afonso V, foi mantida a determinação da monarquia de produzir uma memória do reino. É dentro deste contexto que se compreende não apenas a decisão de D. Duarte de financiar um cronista, como o movimento mais abrangente, observado

ao longo da primeira fase da dinastia de Avis, designado pela historiadora Vknia Fróes como o — discurso do paço (COSER, 2007, p. 708, grifo nosso).

Portanto, existiu ao longo dos reinados de D. João I e D. Duarte a necessidade em produzir a memória do reino português, que estiveram ligadas também a uma grande dimensão religiosa foi transmitida no conceito de um homem bom e um rei justo. Zierer (2014) expõe que, inspirado nessas ideias sobre a sacralidade régia e buscando transformar a imagem de filho natural em símbolo da identidade portuguesa, Fernão Lopes construiu o conceito do — Messias de Lisboa, associando D. João a Cristo, como um rei esperado e aclamado para iniciar uma era de felicidade em Portugal.

Ao assumir o trono, D. João I (1385) teve que tratar de importantes transformações pelas quais o território havia passado no século XIV: nas palavras de Coser (2007, p.704) o crescimento do comércio e do artesanato, a maior mobilidade da mão-de-obra, as migrações para as cidades, as inúmeras crises cerealíferas, as constantes desvalorizações do numerário, a diminuição da população devido à fome e à peste foram mudanças pertinentes para esse contexto histórico.

Após a vitória de Aljubarrota, D. João iniciou a reconquista de todas as localidades portuguesas que ainda obedeciam ao rei castelhano, até 1411, quando firmaram-se as pazes com Castela. Ainda neste período, os portugueses estreitaram as alianças com a Inglaterra, e o Tratado de Windsor (1386) integrou a guerra de Portugal contra Castela na Guerra dos Cem Anos. Foi nesta primeira fase do reinado de D. João que o rei casou-se com Filipa, filha do duque de Lancaster, de importante linhagem inglesa (COSER, 2007, p.706).

A peste negra foi um dos fatores que transformou a sociedade, pois acelerava o declínio populacional durante os séculos vindouros e, inclusive foi a causa da morte da inglesa Filipa de Lancaster. Em *O Leal Conselheiro* (1438), D. Duarte escreveu sobre a doença da mãe — [...] a mui virtuosa Rainha, minha senhora e mãe, que Deus haja, de peste se finou [...]. Além da peste, outro aspecto dizimador de homens foi a guerra que ceifou milhares de homens, na época (COSTA LOBO, 1903).

A guerra é o agente mais destrutivo da população. Nos povos jovens e vigorosos, a perda de vidas, causada pela fome e pela peste, é rapidamente reparada. Mas a guerra não só destrói as vidas, mas o poder reprodutivo; porque elimina sobretudo, nas batalhas e nas fadigas da campanha, os que estão na plenitude da virilidade. A assoladora guerra da independência, sustentada nos seus próprios naturais, partidários do rei estrangeiro, ceitou inúmeras existências, e de certo que atrasou o movimento da povoação. Os efeitos ainda se sentiam mais de cinquenta anos depois da sua terminação (COSTA LOBO, 1903, p. 25).

Dessa forma, a guerra entre Portugal e Castela atingiu as populações e prejudicava a ordem econômica do reino que já estava desestabilizada desde o governo de D. Fernando I. Esse foi o conjunto de transformações que deveria ser enfrentado por D. João I.

Complementamos ainda sobre projeto de reconquista dos territórios portugueses, que o rei D. João I (e, depois dele, seu sucessor D. Duarte) exigia investimentos de um governo que não tinha muito para gastar. D. João I colocou sob suas ordens os príncipes D. Pedro e D. Henrique tornando-os duques. Ainda segundo Marques (1977) o filho D. Henrique recebeu também o mestrado de uma das mais ricas de todas as ordens, a de Cristo, que fez parte do projeto e reconquista com o advento da expansão marítima e comercial de D. João I. Esse território de Ceuta¹⁰ representou uma grande aquisição para os portugueses, que passaram a controlar, nessa região, o comércio marítimo.

O discurso desenvolvido pela nova dinastia, para além da afirmação de sua legitimidade, objetivava promover o rei a um soberano de fato no reino português. E o rei como verdadeiro soberano seria o rei capaz de unir todos os segmentos sociais, justamente por sobrepor-se a eles, formando uma unidade reconhecível por todos, que viria a constituir a nação portuguesa. Tal discurso implicava portanto a apresentação do rei como aquele que reunia as qualidades necessárias para a promoção dessa unidade. Qualidades baseadas em virtudes que a um só tempo permitiam a proteção aos humildes, o controle dos mercadores, o afastamento dos inimigos e uma "ação civilizadora" - no sentido apontado por Norbert Elias (ELIAS, 1994). - que colocaria os senhores sob o domínio da realeza (COSER, 2007, p. 708).

Essa dinastia pretendia legitimar um rei que fosse capaz de agregar todos os segmentos sociais.

10 Região ao Norte da África localizada na entrada do mediterrâneo no estreito de Gibraltar, muitos navegantes se interessavam por esse território para comercializarem produtos.

Dom Duarte (1391-1438) foi o sucessor. Assumiu o trono em 1433 e escreveu *O Leal Conselheiro* com o propósito de enfatizar a respeito das debilidades¹¹ do comportamento humano. Segundo estudiosos, ele teria destinado esse tratado aos nobres da corte portuguesa apresentando as virtudes cardeais com a finalidade primeira de estimular a mudança das ações realizadas pelo povo da corte, e segunda de manter a dinastia que ainda sofria com as consequências da guerra. Em suma, a intenção da obra seria despertar um sentimento de pertencimento ao reino português e o senso coletivo de unidade.

2.1 Expansão da Dinastia de Avis.

Portugal não passava por uma boa situação econômica, por isso foi necessário que o governo de D. João I pensasse em conquistar novos territórios. Assim sendo, a expedição organizada para Ceuta no reino aviseno foi uma opção estrategicamente, organizada para a comercialização portuguesa na África, o que propiciaria a obtenção de novos recursos.

A expedição a Ceuta revela, na verdade, algumas das maiores qualidades dos portugueses, tendo sido, durante os seus preparativos, que se definiu o carácter do Infante D. Henrique que, pela sua poderosíssima vontade, dominou a prudência e a hesitação de D. João I. A conquista d'aquella cidade, fundamento da grande obra que íamos realizar, encheu-o de tal modo da grandeza dos seus empreendimentos, que só pensava em dar à sua acção a mais completa e a mais intensa continuidade, embora á custa de sprêmos sacrificios (RUY DE PINA, *Chronica d' El-Rei D. Duarte*, cap. II, § 34).

A busca por expansão territorial e de mais recursos para a fazenda, que foi o órgão responsável por organizar a economia do reino, exigiu uma grande administração por parte do rei vigente D. João I. Na crônica, temos ainda a informação de que D. João I aceitou a proposta de seu filho D. Henrique para reconquistar a Praça de Ceuta. Portanto, entendemos que o filho D. Henrique.

11 As debilidades do comportamento humano seriam as fraquezas das ações humanas que se expressam por meio dos vícios.

teria influenciado na decisão do rei de organizar essa expedição para Ceuta, mesmo com os poucos recursos existentes.

A data simbólica de 1415 marcou o início da expansão dessa organização. Foram enviados muitos navios e muitos homens para que se tomassem a cidade de Ceuta para o reino de Portugal. A expansão portuguesa foi à busca por novos territórios e por novos meios de aumentar a economia de Portugal. Em “*Os filhos de D. João I*”, a batalha aparece escrita com muitos homens invadindo as ruas, saqueando os produtos que ali estavam e matando os que se encontravam pela frente. Nessa disputa, Portugal consegue estabelecer a tomada de Ceuta, e assim, passou a controlar todas as comercializações estabelecidas na praça. Fica claro que a função do local era a do comércio, por isso o local era muito desejado pelos portugueses.

O anseio dos portugueses por comandar a cidade se explica pelo fato de ser um espaço comercial. Nesse local os navios atracavam e realizava-se o comércio de muitos produtos que vinham da África, como ouro, marfim, mármore, azeite e especiarias. A conquista da cidade de Ceuta em 1415 inaugurou uma nova página na História de Portugal, conforme vemos:

As ruas ficavam atulhadas de moveis e tapeçarias, cobertas de canella e pimenta dos sacos empilhados que a soldadesca ia despedaçando ás cutiladas, a ver se encontrava oiro ou prata, ou jóias, anéis, brincos, braceletes, e mais alfaias [...] a cobiça podia mais que a luxuria: queriam oiro, não queriam mulheres (MARTINS, 1936, p. 57)¹².

Por se tratar de produtos vindos de outro lugar, o mundo Ceuta passou a ser considerado importante aos portugueses. Segundo o autor de “*Os filhos de D. João I*” (1936), quando os portugueses chegaram a Ceuta teriam se surpreendido pela pouca quantidade de homens que os esperavam.

No capítulo II o autor descreve que essa expedição custou um valor alto para a economia do reino. Os lusitanos se armaram, recrutaram homens e saíram de Portugal prontos para uma guerra. Mas, ao chegarem ao destino, ainda segundo Martins (1936) o rei teria percebido que os preparativos para essa batalha teriam exigido gastos muito maiores do que o necessário. Foi

12 Todas as citações de *Os filhos de D. João I* edição de 1936, estão em português arcaico.

nesse local que os príncipes D. Pedro, D. Henrique e D. Duarte receberam do monarca D. João I o título de cavaleiros. Para ratificar a informação apresentada o autor menciona (1936, p.58): — Mas n'esse dia, Portugal triumphante sagrada a mesquita de Ceuta, D. João I armára cavaleiros os seus três filhos legítimos.

Por ser uma localidade isolada e muito cobiçada, os portugueses tinham sempre que abastecê-la com armas, homens e tudo mais que fosse essencial. Por essa argumentação, o próprio rei D. João I, que ansiava manter o controle desse local, pediu aos filhos que se instalassem nos reinos vizinhos para manter a proteção dessa região.

A expedição de Ceuta foi o começo das navegações nas costas africanas, o reino português conseguiu, aos poucos, melhorar as suas táticas de navegações, pois precisavam ultrapassar o Cabo Bojador e avançar na conquista de novos territórios. Dessa forma, a passagem dos portugueses pelo Cabo Bojador, em 1434 por Gil Eanes em uma expedição promovida por D. Henrique, marcou além da expansão portuguesa por novos territórios uma afirmação dos infantes como filhos importantes do rei D. João I.

No entanto, a principal medida tomada pelo infante D. Pedro (1392-1449) foi de domínio das águas ao Sul do Bojador. Os navios de D. Henrique avançavam para regiões distantes e começavam a trazer mercadorias cada vez mais valiosas. De fato, ao conceder o monopólio da navegação e do comércio ao Sul do Bojador para seu filho, o rei estava deixando a Coroa portuguesa adquirir os direitos sobre essas águas. D. Henrique foi considerado o responsável pelo início dos descobrimentos e pelo desencadear do fenômeno da primeira globalização.

Durante a maior parte da sua vida, D. Henrique preocupou-se principalmente com as campanhas de Marrocos (assim como de Granada) e com um plano sistemático de conquista militar no Norte de África. Como tal, defendeu sempre que se sustentasse Ceuta contra os ataques muçulmanos, desempenhou o principal papel na infeliz expedição a Tânger, esforçou-se fortemente pela conservação de Ceuta mesmo a custo do abandono do infante D. Fernando ao perpétuo cativo e à morte, apoiou o «partido da guerra» contra seu irmão D. Pedro, contribuindo para a derrota e morte deste

último, e esteve provavelmente por detrás de toda e qualquer tentativa de expansão no Norte de África em anos posteriores. (MARQUES, 1977, p. 124, grifo nosso)

As viagens de descobrimento interessavam o infante D. Henrique e foi uma maneira de aumentar patrimônio e receitas do reino português.

A continuação da reconquista para além mar não era apenas um desforço contra os mouros, nem a vingança da lendária traição do conde Juliano: era abrir a Portugal as portas doiradas do Oriente vago e misterioso, onde havia cristãos com efeito, os cristãos do Preste Joham, mas onde havia também as especiais, os tecidos preciosos, o ouro fulvo, e tudo o que mais que as caravanas traziam através do deserto, desde o mar Roxo, pelo Egipto, pela Tripolitana e por Argel, até Marcos, de que Ceuta era a Nova-Yorque, e Fez a capital, como Washington, uma corte apenas (MARTINS, 1936, p. 27).

Por esse e outros motivos é que o reino português foi um dos que mais realizou expedições de descobrimentos de terras no século XV. Os interesses por novas terras e o desejo em melhorar as arrecadações e aumentar a economia fizeram parte desse momento das expedições portuguesas. Nelas estava o espírito aventureiro e guerreiro de D. Henrique que contribuíram, em certa medida, para o avanço dos portugueses nos mares.

2.2 D. João I e Dom Duarte representado pelos cronistas

Os cronistas são destacados nessa pesquisa por serem os responsáveis pelos registros dos reis e dos acontecimentos no contexto medieval. Veremos que o rei D. João I e D. Duarte também foram representados pelos cronistas. Esses escritos em formato de crônica nos possibilitam compreender um pouco mais sobre os eventos ocorridos durante esses dois reinados. Portanto, apresentaremos esses registros como importantes fontes de descrição sobre a vida dos dois reis portugueses.

Para a construção do ideário português foi preciso que os cronistas ficassem responsáveis por criar a identidade do povo nos reinados de D. João I e D. Duarte. Esses homens ficaram ordenados por descrever ações do rei e da nobreza e ao realizarem esse trabalho quase que de maneira laudatória, acabaram confirmando que a preservação de toda uma memória aconteceu por meio dos seus escritos.

Entre os muitos cronistas do período medieval daremos o destaque à Fernão Lopes e Ruy de Pina, pois foram eles que escreveram sobre os reis D. João I e D. Duarte. Acredita-se segundo Martins (1936), no entanto, que o Chronista de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV publicados por Ruy de Pina seriam a compilação de trabalhos deixados por Fernão Lopes. Desse modo, a escrita da *Chronica de D. Duarte* seria o ajuntamento de escritos elaborados por Fernão Lopes e por Azurara, e por esse motivo, se considera que o autor Ruy de Pina tenha escrito sozinho apenas a *Chronica de D. João I*.

A respeito de Fernão Lopes podemos destacar que teria nascido aproximadamente em 1380 e vivido até 1460, ainda segundo informações retiradas do documento fornecido por Ruy de Pina. Fernão Lopes foi secretário de D. Fernando e D. Duarte, e nomeado guarda real do arquivo, ainda, por D. João I em 1418. O cronista teria exercido essa função por trinta anos e deixou em seu lugar o substituto Gomes Eannes d' Azurara. Na seguinte passagem retirada do documento, Fernão Lopes foi apontado como um homem comprometido em mostrar a verdade dos acontecimentos. Segundo o documento sobre a crônica de D. Duarte (1914), ele expressava a nobre paixão pela verdade, pois prezava por não confundir as afeições que tinha pelos senhores com as suas produções, sem que elas pudessem interferir nos escritos.

Foi, é certo, Fernão Lopes, ao tempo guarda do Real Archivo da Torre do Tombo, encarregado por D. Duarte, em 1434, e mediante uma certa remuneração, <<de poer em caronyca as estórias dos Reys, que antygamente em Portugal foram; e E esso mesmo os grandes vertudes EIRei seu senhor e padre>>. Mas tal circunstancia não apagou nelle o sentimento da verdade nem tão pouco o tornou um <<mero biographo do

paço, sustentando com melhor ou pior habilidade a fama e o bom nome dos reis>> (RUY DE PINA, *Chronica d' El-Rei D. Duarte*, II, § 15).

Além de trabalhar em sua escrita com a veracidade dos fatos, esse cronista também exaltava a imagem do rei em seus escritos, e era pago para fazer isso. Ele manteve o cuidado em mostrar, em suas descrições, quais foram os reis de Portugal, quais foram as suas virtudes e habilidades e precisamente registrar a vida desses monarcas. Portanto, esses registros produzidos pelos cronistas nos possibilitam refletir sobre as ações dos reis e sobre as decisões tomadas ao longo do seu governo.

Seu sucessor nas crônicas, Ruy de Pina escreve ainda sobre o Fernão Lopes que ele teria sido:

Fernão Lopes é o interprete da alma portugueza nesse momento, tendo compreendido, admiravelmente, que não é apenas a figura do monarca que enche uma época, mas nella tem um lugar²¹ primacial o povo, com o seu esforço, os seus defeitos e as suas aspirações (RUY DE PINA, *Chronica d' El-Rei D. Duarte*, II, § 12).

Assim, podemos refletir sobre o conjunto social considerado por Fernão Lopes que não se manteve apenas no monarca e chefe do governo, mas que também era formado pelo povo. Esse destaque que ele concedeu ao povo português se confirma ao mostrar na crônica que a população se sentiu representada por D. João I, e por isso aceitaram um “ilegítimo” como verdadeiro rei.

Nas páginas seguintes, o cronista e guardião das escrituras na Torre do Tombo em Portugal apresenta o seu estilo de escrita, aproximando a sua linguagem do povo. Além de redigir as crônicas dos reis da primeira dinastia, Fernão Lopes teve a função de cuidar das escrituras do reino.

É ainda particularmente característico em Fernão Lopes o estylo. Mais uma razão para o considerarmos um escriptor bem nacional, approximando-se a sua linguagem, extraordinariamente, da do povo. O seu dizer é ingênuo, por natureza, egracioso, impressivo e límpido. Algumas das suas

expressões têm tal originalidade, no seu arranjo e no seu espirito, que, póde dizer-se, ficaram exclusivas d'elle. E sente-se que não ha nellas artificio nenhum: são tão naturaes e tão espontâneas e tão cheias de vida como a alma do povo que intrepertam (RUY DE PINA, *Chronica d' EL-Rei D.Duarte*, II, § 28).

Se por um lado Lopes empregava na produção das crônicas toda graciosidade e verdade que o permitiu expor o povo português com originalidade, por outro lado teve a incumbência de abordar sobre as questões morais de uma maneira didática que pudesse ser compreendida pelo povo. Com a sua morte ele foi sucedido no cargo de cronista por Gomes Eannes Azurara, deixando as *Cronicas de D. Pedro I e D. Fernando* e incompleto o livro *Chronica d' El- Rei D. João I*.

A título de exemplo destacamos também a crônica de Ruy de Pina (1440-1522), que foi o um dos autores da historiografia portuguesa e do escrito a respeito dos acontecimentos do século XV. O autor se mostrou um atento seguidor de D. Duarte (1391-1438) e narrador de seus atos, o que hoje chamaríamos de biógrafo. Tendo nascido e falecido na cidade de Braga, em Portugal, foi também o cronista oficial escolhido por João II em 1490 tendo também servido ao D. Manuel. Na crônica chamada *Chronica D'El Rei D.Duarte*, sobre D. Duarte ele esclarece sobre o ofício destinado a ele por D. Manuel.

[...] encomendastes com grande eficácia a my Ruy de Pina, Cavaleiro de vossa Casa, e vosso Cronista Moor, que quanto a my fosse nisso possível, as cousas notavees de seu tempo, dinas de lembrança neste necessário registro bem, e verdadeiramente as composeisse (RUY DE PINA, *Chroica d' El-Rei D. Duarte*, prólogo, §1).

Organizou a obra sobre o décimo primeiro rei de Portugal com um compilado de duzentos e sete páginas, nas quais tratou de questões sobre as virtudes e costumes do rei, bem como apresentou o acontecimento trágico em Tanger envolvendo os irmãos D. Henrique e D. Fernando. Fez também a narrativa sobre a morte de D. Duarte com a sucessão passada ao filho D. Afonso em testamento.

As informações que se tem sobre a Bibliografia de Ruy de Pina¹³ que aparecem referenciadas na obra de D. Duarte (1914) são de que o cronista teria feito parte de várias embaixadas como em Castela e Roma quando estava a serviço de D. João II, e recebido muitas mercês, que foram por D. Manuel confirmadas quando ele passou a ser o cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo e da livraria real.

Foi anotando sobre as lembranças, que na primeira parte da crônica, de D. Duarte, escrita por Ruy de Pina (1440-1521), expõe-se sobre a história pátria e o problema da educação no reino. A esse respeito, escreveu no prólogo, dirigido a D. Manuel (1469-1521), as seguintes palavras que expressam o estado de crise moral em Portugal.

Portugal tem vivido numa profunda crise moral desde o século de quinhentos. Esse estado d'alma revelou-o Camões, admiravelmente, naquela estância dos << Lusíadas >> em que falla da << apagada e vil tristeza >>. O desânimo, a desesperança, a falta de confiança no esforço próprio, a não existencia d'um ideal colectivo, e, como consequência, a desorientação dos espíritos e a dispersão de forças, tudo isto tem caracterizado a vida portugueza, aproximadamente há quatro séculos (RUY DE PINA, *Chronica d' El-Rei*, I, § 6)¹⁴.

Essas características da vida em Portugal descritas por Ruy de Pina (1440-1522) na crônica seriam um reflexo sobre o período de incertezas na conjuntura do reino. Com o advento de D. João I como o rei e mestre de Avis (1385), o desânimo, a desesperança e a falta de confiança aos poucos substituíam-se pelo sentimento de pertencimento a Portugal. Assim, podemos observar na crônica que a existência de insegurança social em Portugal perdurou por alguns séculos. Dessa forma, podemos compreender que o período de reinado de D. Duarte (1433-1438) esteve em meio a essa construção do espírito coletivo português.

13 *Chronica D'el Rei D. Duarte em anotações ao estudo critico* página, 224.

14 *Cronica D'el - Rei D. Duarte*, edição de 1914, todas as citações dessa obra estão em português arcaico.

2.3 Reflexões sobre a *Carta de Bruges* como um exemplo de projeto para a manutenção da dinastia.

A reflexão que elaboramos sobre a *Carta de Bruges* no trabalho se alinha a questão social mencionada no tópico anterior. Assim, buscamos apresentar a *Carta de Bruges* e o tratado *De Re Rustica*, de Columela como exemplos de obras que se constituem em modelos de ordenança social.

A existência da *Carta de Bruges*¹⁵ (1426) foi uma consequência do financiamento realizado por D. Duarte para que D. Pedro pudesse viajar, ficando conhecido como o infante das sete partidas, para contribuir com o desenvolvimento cultural e intelectual de Portugal. Ao longo de uma de suas viagens, D. Pedro elaborou o documento com informações que poderiam auxiliar o sucessor a refletir sobre a sua atuação como governante do reino e precisamente governante de suas ações. Escrito em Bruges, cidade medieval na Bélgica, o irmão do futuro rei do reino português, expõe durante a carta sobre as questões/problemas que conseguia observar em seu povo, apontando os aspectos positivos e negativos a fim de que D. Duarte quando tornasse rei pudesse resolver.

Filho de D. João I e de D. Filipa de Lancastre, o infante D. Pedro nasceu em Lisboa no ano 1392, suas características foram descritas na abertura do capítulo V¹⁶ em “*Os filhos de D. João I*” (1986) como um homem de estatura alta e, de uma boa aparência, seu rosto possuía um contorno fino de nariz largo e com barba, tinha aparência dos ingleses com o cabelo ruivo. Ele participou das atividades políticas no reino de seu pai, D. João I, assim como na expedição em Ceuta. Devido à admiração que D. Duarte nutria pela inteligência e compreensão política do irmão, solicitou seus conselhos, com o objetivo de conhecer e estudar, com antecedência, os problemas agudos dos portugueses, e ser um rei capaz de resolvê-los.

15 D. PEDRO. Carta que o infante dom Pedro emujou a elrey de Brujas. Biblos. Revista da Faculdade de Letras, Coimbra, v. LXXVIII, p. 39-54, edição de 1952.

16 Capítulo V - Um estadista do século XV. In: Martins, J. P. O. Os filhos de D. João I. p.139.

Foi durante a sua longa viagem que escreveu esse documento a D. Duarte. Nela, o viajante se colocou à disposição dos seus irmãos, e segundo Martins (1986) —[...] praticava o bem para com o próximo, não por uma efusão de amor caridoso, mas sim, por uma obediência stricta e permanente à virtude, única verdade adorável para que no seu coração houvesse culto. Considerando que a situação da corte portuguesa não se encontrava em bom estado, devido as transformações sociais, econômicas e espirituais que atravessava, bem como a diminuição da população portuguesa em decorrência das guerras e também da dificuldade econômica, D. Pedro inicia a escrita da Carta propondo um governo baseado nas quatro virtudes cardeais. Logo, o projeto de governo do qual aconselhou seu irmão foi colocar em prática a fortaleza, temperança, justiça e prudência.

A fortaleza foi a primeira virtude mencionada na carta e considerada nas palavras de D. Pedro como desprotegida no reino português:

Prymeiramente, falando da fortaleza, per que os reynos são defesos e acrescentados, a mym parece que no vosso não tem dela cuydado [...] por que a fortaleza depois dajuda de deus e dos bons corações, esta em multidom da gente e em ser bem corregida (INFANTE DOM PEDRO, *Carta de Bruges*, §11)¹⁷.

Era necessário, segundo o Infante, evitar o despovoamento por meio da diminuição dos tributos que eram cobrados do povo. Ele entedia que as altas taxas cobradas, injustamente da população, o trabalho exagerado e os perigos dos quais estavam à mercê pesava na decisão de continuar no território português.

E a maneira em breve, senhor, me parece que se ysto poderia emendar, serya primeiramente a despovoração da terra, escusando os perigos e os encarregos e trabalhos em que são postas as gentes dela sem necessidade e com grande dono e tyrando algumas outras leis ou ordenações que a eles agravão que não seja grande proveito da terra nem muyto serviço do senhor Rey e nosso (INFANTE DOM PEDRO, *Carta de Bruges*, § 12).

17 Citações da *Carta de Bruges*, edição de 1952, estão em português arcaico.

Propõe além da diminuição das atividades no trabalho, que se assegure um pagamento fixo, para evitar os descomedimentos com o trabalho, e assim conseguirem adquirir sua subsistência. D. Pedro parecia não aceitar a grande ociosidade do povo e percebia também a questão entre a plebe que, para o infante [...] se lançava à corte com a esperança “n‘um logar de escudeiro”. Observou que só empregasse <<gente compridoira>>, homens capazes e competentes.

Aconselha D. Duarte a não mudar as moedas, pois exigiria um valor muito alto de investimentos e pediu para que —[...] que aqy nom há novas de mudança de moedas porque he cousa que se costuma fazer em nossa terra. (INFANTE DOM PEDRO, *Carta de Bruges*, § 26), pois a mudança das moedas exigiria maior trabalho nas cunhagens e mais despesas ao reino.

Quanto à temperança, destinou exclusivamente a ação do clero, escrevendo sobre o grande número de clérigos ocupantes das ordens menores, que em seu entendimento desvirtuava o sacerdócio, aumentando o parasitismo. Acrescenta a D. Duarte —[...]deveis ter cuidado, de encaminhar aquelles (serviços) que mais principalmente são seus (de Deos) e estes são os que pertencem a Igreja ou á clerezia. (INFANTE DOM PEDRO, *Carta de Bruges*, § 2). Portanto, o Infante D. Pedro demonstra, nos conselhos, certa preocupação com o clero secular e regular. Dessa forma, percebemos que a prudência e discrição seriam virtudes que deveriam pertencer aos homens da igreja. Percebemos ainda, que o Infante considerava ser a função do clero não apenas de salvar as almas, mas também de auxiliar a moral cristã e colaborar na instrução pública.

A justiça no reino de Portugal, de acordo com o autor, só reina no coração do seu senhor e pai D. João I. Expressou uma possível indignação ao fato de os oficiais responsáveis pela função administrativa da justiça não realizarem o trabalho que lhes era devido, afirmando que deles saiam poucos resultados e sentenças.

D. Pedro acrescenta, nesse documento, que a justiça não realizada, devidamente pelos oficiais, seria fruto da falta de vontade e interesse em suas atividades —Bem creo senhor que seis tyvessem vontade de desembragar e fosse diligentes em seu officio que farião mais que cinquenta que tal vontade nom

tem (INFANTE DOM PEDRO, *Carta de Bruges*, §12), portanto mostra o grupo de oficiais remunerados, porém não realizando as tarefas necessárias para o bom funcionamento do reino.

A principal virtude, considerada pelo Infante, na carta foi a prudência. Essa deveria ser colocada em prática principalmente ao definir os ocupantes da casa de Avis e dos príncipes. A quantidade inflada de pessoas na residência real prejudicava igualmente o funcionamento da dinastia, causando desordem e parasitismo, o que o infante apontou como um vício. Com esse número expressivo de pessoas na casa do rei exigia-se uma cobrança maior de impostos e encargos dos povos. Essa maneira ambiciosa de viver na corte, em hipótese alguma permitiria a construção do senso coletivo.

Assim, D. Pedro deixa sua contribuição com a escrita desse documento com a finalidade última de mostrar ao irmão as modificações necessárias ao governo, ao povo e à corte portuguesa. Seu pensamento foi ainda estabelecido como projeto de governo de ordem prática, estabelecendo o domínio das coisas espirituais a Deus e das coisas temporais ao homem, compreendendo assim como a melhor maneira de manter o bom funcionamento do reino, desfazendo-se do egoísmo e utilizando a virtude, ou seja, um “reyno de boa perfeição.”

Outro exemplo de projeto de governo que mereceu nossa atenção e que apresenta um princípio muito semelhante às ideias desenvolvidas pelo infante D. Pedro, foi o escrito de Lucius Junius Moderatus Columella de origem latina que viveu na antiguidade em uma província romana. A ocupação com os escritos de suas obras iniciaram-se após ter realizado serviço militar aos Imperadores Claudio e Nero com função de cônsul no Império Romano.

A característica semelhante que podemos observar no documento *De Re Rustica* de Columela em relação aos propostos de D. Pedro foi à percepção de mudança como a condição de permanência de uma civilização. Columela foi um escritor da Antiguidade que se dedicou a explicar sobre as questões totais da agricultura, para depois explicar a respeito das alterações necessárias na prática agrícola. Essa também foi uma maneira de compilação da Carta, produzida por D. Pedro (1426), em que inicialmente revela sobre a importância das virtudes, e depois indica as práticas cabíveis para que fossem alinhadas ao reino português.

A obra *De Re Rustica* datada de I d.C, escrita por Lucius Junius Moderatus Columella (4 d.C - 70 d.C) foi direcionada à pessoa de Públio Silvino, senador romano, que conta suas considerações a respeito da análise que elaborou sobre a causa da pobreza que se espalhava em Roma e também a solução para este problema. Assim, decidiu sair de sua estabilidade na posição de cônsul do Império e buscou estudar sobre agronomia para conseguir ajudar a população, e assim, pode aprimorar suas técnicas de cultivo.

Cometemos o erro de abandonar o cultivo das nossas terras e pior dos nossos escravos, que as trata como verdadeiros carrascos, aos passos que os homens mais eminentes entre os nosso antepassados nunca desdenharam fazer dele sua principal ocupação. Coisa estranha! Todos os que desejam aprender a arte de bem falar escolhem entre os oradores aquele cuja eloquência poderá lhes servir de modelos; os que querem aprender a ciência das medidas e dos números têm o cuidado de escolher o mestre mais capaz para ensiná-los (COLUMELLE, 2014, p. 29)

Essa passagem expressa compreensão de Columela sobre a falta de qualidade nos cultivos romanos e, mais ainda, da falta de preparo para realizarem as atividades específicas do plantio que, por ser considerada uma ocupação/ofício de pouca importância em Roma. A ocupação era considerada inferior e designada aos homens que nada sabiam sobre a terra e o trato adequado a ela. Entretanto, adverte Columela que os antepassados obtinham da terra todo o seu sustendo e que, assim como em outras artes, seria necessário um conhecimento dos melhores homens para otimizar a produtividade da terra.

Segundo Oliveira e Mendes (2014), Columela arrola as condições para alguém se tornar um agricultor e, principalmente, assinala, como deveria se comportar. Dessa forma, trata dos assuntos relativos à agricultura, expondo as questões de natureza técnica.

Logo no início do prefácio dedicado à Públio Silvino, Columela comenta sobre as queixas da população e explica que a causa do problema não seria do solo, mas sim, da ignorância no seu manejo para a produção.

Ora, se todas essas misérias e outras semelhantes devem ser o objeto de aversão por parte dos bons cidadãos, não existe como disse mais do que um meio honesto e liberal para aumentar sua fortuna: a agricultura é a única que pode conceder isso. Mesmo quando esta arte [ofício] fosse, como outrora, praticada temerariamente por ignorantes, os negócios do cultivo sofreriam perdas menos prejudiciais. Com efeito, a indústria do senhor compensaria as perdas ocasionadas pela ignorância (COLUMELLE, 2014, p.29).

Ao fazerem uma análise sobre O tratado *De Re Rustica de Columela*, António Manuel Lopes Andrade e Carlos Morais explicitam que:

[...] Columela aborda a matéria com a reconhecida autoridade de quem possuía e administrava vastas propriedades agrícolas e pertencia a uma família da Hispânia com tradição firmada na exploração da terra. Escreve, por conseguinte, um amplo tratado com marcado entusiasmo e competência, não hesitando em recorrer, quer à sua experiência e prática na matéria, quer às inúmeras fontes gregas e latinas sobre a ciência agrária, onde pontuavam, desde logo, as obras que Catão, Varrão e o próprio Virgílio haviam dedicado às actividades agrícolas (ANDRADE E MORAIS, s.d, p. 315).

O posicionamento político de Columela demonstra não apenas a possibilidade de uma atuação voltada ao bem da sociedade, mas que percebe as necessidades que precisavam ser enfrentadas em Roma. É importante destacar que, Columela atuou primeiramente se desprendendo da vida que tinha para, em seguida, enfrentar a sua própria ignorância, mostrando exatamente que a vida particular não faria sentido se ele não atuasse no espaço público.

Columela denuncia, por conseguinte, a situação lastimosa a que chegou a agricultura romana, com o objectivo declarado de procurar regenerar e dignificar a cultura dos campos, uma actividade vital para a existência humana, que constitui, na sua perspectiva, o caminho mais recto e honesto para alguém poder aumentar o seu património (ANDRADE E MORAIS, s.d, p. 317).

Percebemos, no entanto, que os apontamentos feitos por Columela com a intenção de ajudar no combate à pobreza que se espalhava em Roma foi uma demonstração de que os homens podem se mover, não somente no sentido de deslocamento, mas sim de enfrentamento dos problemas existentes

em suas épocas. Por essa justificativa pertinente o livro *De Re Rústica* nos permite refletir que quando os homens conhecem, eles tendem a mudar para melhor permitindo maiores chances de manutenção da sociedade a partir de boas ações.

Esse tópico apresentou os conselhos de infante D. Pedro na *Carta de Bruges* ao D. Duarte, e também o registro de Columela em *De Re Rústica* com a intenção de exemplificar sobre a importância de pensarmos na formação. Vimos que D. Pedro e Columela escreveram em momentos históricos diferentes, porém o que assemelha uma obra a outra, em nosso entender, foi à necessidade de formar um governo para a sociedade assim como veremos em *Leal Conselheiro*.

A *Carta de Bruges* é um documento sobre a lição que outros países têm a dar a Portugal. D. Pedro só poderia ter escrito esses aconselhamentos porque conhecia a discussão sobre as virtudes feitas por autores antigos, e ele teve o acesso a esses autores porque foi educado. Na análise feita sobre o tratado de Columela que trata sobre como os romanos poderiam desenvolver a agricultura em seus territórios, e ele só pode pensar sobre essa questão porque ele estudou e procurou uma formação para isso. Então, observa-se que D. Pedro e Columela explorando diferentes temas em diferentes contextos chegam a conclusões semelhantes. Segundo ambos, o governante deve ser sábio o suficiente para governar a partir do que há de melhor na ciência de cada época, tomar decisões que visem o bem comum e agir de maneira ética e justa.

Essas virtudes não nascem com os seres humanos, é necessário que elas sejam ensinadas e aprendidas particularmente a partir do conhecimento da história. Portanto, essa discussão também mostra sobre a educação. Assim, evidenciamos que essa é uma investigação sobre o governo de que precisamos.

O próximo tópico desse estudo apresenta considerações a respeito do *O Leal Conselheiro* como um espelho de príncipe, de uma formação aos homens do período medieval e trará mais claramente a relação da fonte *O Leal Conselheiro* com a ordenança social do século XV.

2.4 O Espelho de Príncipe na Idade Média

A educação para os príncipes medievais foi uma preocupação que exigia preparo específico, e um cuidado com todo processo educativo. Para contribuir com essa questão surgem os primeiros documentos, que tiveram a finalidade de formar os futuros governantes, na Idade Média.

Muniz (s.d, p. 3) explicita que o gênero pode ser considerado o tema da educação do príncipe, de caráter tratadístico e também as obras em que apenas partes são dirigidas ao assunto, outras de gênero definido, como as epístolas, que expressam de alguma maneira a preocupação com a formação do governante e até mesmo escritos de cunho ficcional, como novelas e textos teatrais, nos quais, por questões contextuais, sejam percebidas intenções didático-moralizantes relativas ao príncipe.

[...] ainda uma série de topoi que são comuns a esses escritos políticos: a expressão de uma concepção organicista da sociedade, a defesa da monarquia como regime político ideal, a explicitação do papel e da importância do cultivo de cada uma das virtudes cardeais, a exaltação do ideal de rei sábio, justo, guerreiro e que governe pelo bem comum, relacionada àquelas virtudes, a condenação da tirania, a preocupação com a representação da pessoa do monarca em seus aspectos interiores e exteriores etc. (p.64, sd). No entanto, se é verdade que esses topos são comuns ao gênero espelho de príncipe e que podem colaborar em sua definição, não se pode deixar de observar que esses e outros tópicos estão presentes em diversos outros gêneros, como os panegíricos e os tratados teológico-políticos (MUNIZ, s.d, p. 3).

De alguma maneira, todos os espelhos escritos no contexto medieval abordaram sobre os aspectos interiores e exteriores de formação de um monarca, com intuito tanto de preparar a pessoa como para torná-la melhor, bem como para compreender o espaço que ocuparia no reino, como o entendimento de questões administrativas em seu comando.

Verifica-se, de acordo com Muniz (p.4, 3º§), que o Espelho de Príncipe expressa, desde a antiguidade, um ensinamento sobre os atos das pessoas. Com isso, o livro *O Leal Conselheiro* (1438) teria o atributo de 'ensinança', pois ao descrever as atitudes necessárias ao povo da corte, se caracterizou como um modelo que deveria ser seguido, e com as ações que deveriam ser comumente praticadas por todos.

Segundo Muniz, o gênero do qual estamos tratando se valida ao apresentar às pessoas que estariam participando do discurso e expõe como, frequentemente, aparecem nos ensinamentos:

Um — elemento primário que poderia ser arrolado como caracterizador do gênero está no âmbito do que Cairns denomina — persons, ou seja, os indivíduos partícipes do discurso que se constrói. Neste sentido, sabe-se que a grande maioria desses tratados é sempre escrita por um homem sábio que se propõe a transmitir seus ensinamentos sobre a construção do bom governo a um monarca, a quem, via de regra, dedica a obra. Por diversas vezes, o próprio príncipe solicita àquele para que redija ensinamentos e conselhos que o orientem e auxiliem no regimento do reino. A relação de —servidão intelectual estabelecida entre súdito e senhor, a junção do propósito educativo sobre a arte de governar e o estabelecimento daqueles entre as personagens fixas podem, assim, compor um — elemento primário definidor do gênero espelho de príncipe (MUNIZ, s.d, p. 8).

A construção de um bom governo no medievo foi marcada em grande parte, por responsabilidade de homens sábios dedicados a auxiliar, por meio de seus escritos o reino do governante. Esses tratados eram habitualmente solicitados pelos regentes, com o intuito de receber de intelectuais da época, orientações ‘conselhos’ para poderem enfrentar os desafios peculiares de suas administrações.

Contudo, mostremos agora a função desses escritos que, de acordo com o autor, seria de dar traços a imagem do governante:

Um segundo —elemento primário- pode ser estabelecido a partir do propósito que inspira a construção desses tratados. Relacionado com o que Cairns denomina —function, o elemento que revela a função para a qual se direciona o gênero ajudaria a definir sua especificidade e a distingui-lo dos demais gêneros. O que pretendem esses escritos? Nas palavras de Buescu: —fixar a imagem do perfeito governantell (MUNIZ, s.d, p. 8).

Essa imagem, não diz respeito a qualquer governante, mas, ao perfeito governante. Podemos considerar que as ações assumem o papel de formar uma representação do rei, pois a partir dela, o soberano poderia ser considerado como primoroso ou não.

O monarca D. Duarte delimita no *O Leal Conselheiro* as ‘personagens’ e a ‘função’ que foram os elementos importantes para modelo de príncipes. Com isso, direciona as personagens como sendo pessoas nobres da corte portuguesa e ocupante da casa de Avis. Posteriormente revelou que a função estabelecida nesse manual de boa conduta foi à imagem do bom governante como um verdadeiro homem de Portugal, capaz de utilizar o posto que estivesse ocupando em espaço público, com a finalidade de praticar as virtudes que pudessem ser espelhadas na sociedade.

O monarca foi uma figura central do reino, carregava consigo a responsabilidade de ser o exemplo de pessoa a alcançar.

O rei dirige-se aos —homões da corte, aos senhores de seu reino. O que se percebe é que uma tópica recorrente nos espelhos de príncipes — a importância de bem escolher e de saber ouvir os conselheiros — ganha estatura de tema central no LC. Aquilo que era necessário, na visão dos — homens sábios, ensinar aos monarcas torna-se aqui preocupação do próprio governante, que despande esforços na escrita de uma obra em que busca orientar aqueles que privam de sua companhia e que têm por obrigação auxiliá-lo no governo do reino (MUNIZ, s.d, p.11).

Os tratados, modelos ou documentos para os príncipes, tinham a intensão de formar a conduta dos futuros governantes, porém no escrito de D. Duarte os conselhos foram também direcionados aos ‘homens da corte’, e teria sido este o aspecto que o diferenciou dos demais documentos produzidos na Idade Média.

O rei não pretendeu apenas educar os próximos governantes, ou seja, os príncipes, ele precisou também ensinar os homens que já ocupavam um espaço na política de Portugal a cumprirem com as obrigações e repensar suas atitudes, pois elas teriam um determinado peso e responsabilidade no reino. Nessa proposta educativa, o soberano chamou atenção dos companheiros de casa, sobre as consequências das ações que cometiam.

Identificou a necessidade de instruir os ocupantes no comando do governo, segundo Ribeiro e Zierer (2014):

D. Duarte pôs-se a escrever dois tratados morais. O primeiro Livro da Ensinança do Bem Cavalgar e o segundo e bem mais expressivo o Leal Conselheiro que funciona como um tratado moral para fidalgos e senhores (MATTOSO, 1997, p.455). Neste, o segundo monarca de Avis ensina razão, lealdade, disciplina e moralidade, demonstrando a prática das virtudes e a condenação dos pecados caso a moralidade e os preceitos cristãos não fossem colocados em prática (COELHO, 2008, p. 351).

Foi com o ensinamento sobre a razão, lealdade, disciplina e moralidade que o rei propôs criar o sentimento de pertencimento das pessoas e promover o processo de civilidade no reino português. Consideramos que ele escreveu seu livro partindo da noção de responsabilidade que deveria ser adquirida pelos nobres da corte. D. Duarte teria modificado a maneira de registrar os conteúdos aproveitáveis ao reino isso porque, na estrutura do documento, se direciona como já mencionado, a nobreza e a corte, assim como teria se autointitulado um homem do saber escrevendo como o conselheiro leal para seu povo.

E filhayo por um A, B, C de lealdade [...]. A, B, C, he sua propria ensinança. E por A, se pode entender os poderes e paixões que cada um de nos há. E por ho B, o grande bem que percalçomos segnidores das virtudes e bondades. E por ho C, dos malles e pecados nosso corregimento (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. I, § 3).

Pelo que se observa, entende-se que D. Duarte se apropriou da qualidade de fidelidade ao reino e ao povo para se intitular conselheiro, apresentando novos caminhos que deveriam ser adquiridos pela população do século XV, e forneceu as regras de educação e de orientação a príncipes e grandes senhores. Em “*Os filhos de D. João I*” (1936), o rei português foi apresentado como um homem inteligente que teve o acesso aos livros de Sêneca e os estudou, porém a sua dedicação aos aprendizados não se repetia em sua prática governamental.

O leal conselheiro é D. Duarte, com o seu espírito fundamentalmente bom, feito de virtude e lealdade; com a sua inteligência confusamente pratica, necessitando da escripta para se afirmar, e de aconselhar para iludir a sua indecisão de homem de governo. Pensou que reinar consistia em dissertar (MARTINS, 1986, p. 169).

Ressignificar as atitudes da corte demonstra por parte do rei, uma preocupação com os rumos que a sociedade estava adquirindo, portanto, seu tratado essencialmente considerou a necessidade de remover a acomodação que se propagava entre as pessoas que ocupavam uma função pública.

Ser o orientador dos governantes em Portugal demonstrou a preocupação de D. Duarte com a disposição da alma e, por este motivo, o documento que redigiu expressa tão claramente os conteúdos direcionados a moralidade e o uso da sabedoria aos homens. Ensinar e nortear somente foram possíveis, porque o monarca pensou nesses dois aspectos como importantes modificadores na atuação pública.

Portanto, ser virtuoso no *O Leal Conselheiro* seria a possibilidade para atuar com mais humanidade no espaço de convivência das pessoas. Observar sobre as ações e apontar um direcionamento para elas faz parte do posicionamento realizado pelo intitulado 'conselheiro', que pretendeu dar a continuidade ao governo de Dom João I, e prosseguir na edificação da identidade do povo português.

Ao sistematizar, no documento, sobre as questões de comportamento humano, D. Duarte estaria definindo a relevância dos homens se instruírem para adquirirem uma formação moral. Essa formação intelectual que aconteceria pela instrução, serviria de base aos homens, para que pudessem refletir sobre as próprias ações e assim, exercer a moral no reino.

Com isso, considerou que a unidade da identificação portuguesa pregada no início da Dinastia de Avis não seria apenas uma imagem de governante, mas propriamente um conjunto de questões. Observamos que ele não tratou apenas do homem como indivíduo singular. Seus argumentos e ensinamentos expressaram uma preocupação mais ampla com os governantes como parte de um coletivo. Dessa forma, que uma identidade pode ser formada quando as pessoas reconhecem seus deveres e agem em prol deles.

Logo, seu desejo de melhorar a formação da corte portuguesa com o escrito *O Leal Conselheiro* foi uma necessidade de transformar os homens em legítimos donos de seu intelecto, ajudando-os a seguir ações que de fato pudessem contribuir para o coletivo, dando legitimidade a civilização portuguesa. Foi com o uso desses escritos que as pessoas ensinavam uma as outras sobre os hábitos, costumes, comportamentos e ações. Além de estabelecerem diferentes assuntos, observamos que nos próprios escritos encontramos também as razões que as tornaram importantes para sua época.

Desde a Antiguidade Clássica se conhece no Ocidente uma literatura voltada para a formação moral dos homens de Estado. Na Idade Média os espelhos de príncipes mantêm essa tradição. Produzidos por clérigos, dedicam-se a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, reis e imperadores (LOPES, 1999, p. 23).

A literatura voltada para a formação moral dos homens existiu desde a antiguidade. É evidente que na Idade Média o papel da formação moral continuou em destaque com a finalidade de modificar o estado natural humano. Assim, podemos constatar que existiram durante o período medieval muitos escritos específicos para a formação das pessoas. Um desses escritos foi *Galateo ou dos Costumes* de Giovanni Della Casa.

Na apresentação de *Galateo ou dos Costumes* Carmelo Distante (1999) apresenta que:

Por isso, pode-se dizer que com o *Galateo* fecha-se um ciclo que ditara as regras tanto do modo de fazer política ou de viver socialmente, quanto da arte de escrever bem e corretamente e do fazer artístico. Antes de prosseguir neste estudo, acreditamos que o Renascimento italiano foi um período histórico marcado pelo triunfo das regras, a fim de se disciplinar qualquer aspecto da vida. Na verdade, o Renascimento italiano foi um período revolucionário que alçou a humanidade da Idade Média ao mundo moderno. Nada se explica do mundo moderno sem o Renascimento italiano. Foi ele que fez mudar o posicionamento do homem no universo, fazendo-o passar do geocentrismo ao ptolemaico ao heliocentrismo copernicano e galileano. Também fez desviar os olhos da perfeição das leis divinas para as leis que governam a realidade da natureza e do homem que é por ela envolvido e dela faz parte (DISTANTE, 1999, p. 9).

Na passagem de *Distante* (1999), Della Casa teve uma vida religiosa, dedicada aos estudos literários. Menciona também que esse escrito pretendeu dar conselhos a seu sobrinho, Annibale Rucellai, para que pudesse adquirir um comportamento adequado na sociedade.

Para tanto, segundo ele, basta não ir contra os costumes praticados no lugar onde se vive e evitar assumir uma posição contrastante à dos outros para não os ofender; enfim, para não ser desagradável aos demais, basta conformar-se aos seus costumes (DISTANTE, 1999, p. 9).

O objetivo da obra foi promover a formação do sobrinho de Della Costa, considerando a importância do documento, com finalidade, inclusive de disciplinar. Ao analisar a natureza do tratado *Distante* (1999, p. 10) afirma que: “pode-se dizer até hedonisticamente, o comportamento cotidiano de uma pessoa que quisesse ser bem aceita socialmente”.

O grande mérito de Della Casa, segundo o autor (1999), foi não tratar a disciplina de modo abstrato, mas sim como algo prático e concreto, pois examinou alguns comportamentos humanos cotidianos que aborrecem em sociedade, como por exemplo: forma de falar, comer, vestir, entre outros.

A organização de *Galateo*, contou com a colaboração de Erasmo Gmini de Cesis e Sessa Aurunca. O título foi dado em homenagem ao bispo de Aquino, e mais tarde a Sessa Aurunca, chamado Galeazzo Florimonte (1478-1567), grande humanista e um dos quatro juízes do Concílio de Trento¹⁸, louvado pelo autor do tratado numa passagem célebre.

[...] por que julgamos o *Galateo* imbuído de espírito contra-reformista e qual é a do seu imenso sucesso crítico em todo o mundo e em todos os séculos após sua publicação em 1558 pela editora Bevilacqua, de Veneza, organizada por Erasmo Gmini de Cesis, que fora secretário de Della Casa, e por Gualtieruzzi, os quais publicaram o tratado com o título de *Galateo, ò vero de'costumi* (*Galateo* ou dos costumes). Contanto seja que tu comesças só agora essa viagem da qual já percorri, como vês, a maior parte, isto é, a desta vida mortal, e tendo-te grande afeição, como tenho, propus a mim mesmo mostrar-te os vários lugares onde, como alguém que os experimentou, temo que, caminhando por eles, pudesses

¹⁸ Reunião presidida por três cardeais realizada em Trento no ano de 1545 a 1563, na cidade do Tirol.

facilmente cair ou errar, a fim de que, instruído por mim, possas manter o reto caminho com cuidado de tua alma e com louvor e honra de tua honorável e nobre família (GIOVANNI DELLA CASA, 1999, p. 3)

A fim de que o sobrinho aprenda a conviver socialmente, Della Casa aconselha-o: “[...] debes saber que convém temperar e ordenar os teus modos, não segundo o teu arbítrio, mas segundo o prazer daqueles com quem trata, e a ele dirigi-los” (DISTANTE, 1999, p.12)

[...] Portanto, desde que nossas maneiras sejam deleitáveis ao cuidarmos do deleite alheio e não do nosso, se investigarmos quais as coisas que geralmente deleitam a maioria dos homens e quais as que os aborrecem, poderemos facilmente encontrar os modos a serem evitados ou eleitos no seu convívio (GIOVANNI DELLA CASA, 1999, II).

Portanto, Della Casa registra para o século XVI uma formação que precisaria passar pela mudança dos costumes. Sua intenção de acordo com o tratado implicou em uma educação para o homem pertencente a esse contexto histórico. Ainda que esse não fosse uma maneira formal de ensino, serviu para apontar a direção a ser seguida que permitiria aos homens refletirem sobre suas ações, e assim, adquirirem novos hábitos sociais.

Destacamos, portanto, que o Espelho de Príncipe existiu em toda a Idade Média. Existiram muitos escritos destinados a formação dos mais jovens, evidenciados como *O Leal Conselheiro* século XV de D. Duarte, *Galateo ou dos Costumes* século XVI de Giovanni Della Casa é um exemplo, assim como no mesmo século *De Pueris* de Erasmo de Rotterdam. Sobre esse último, podemos inclusive destacar que apresenta igualmente a questão dos seres humanos como seres racionais e iremos analisá-la ao longo desse trabalho norteado pelos estudos de Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino. Dessa forma, considera-se a educação proposta por Erasmo uma possibilidade dos homens serem bons e virtuosos.

Publicado em 1529 a obra de Erasmo *De Pueris* foi destinada aos filhos dos príncipes com idade entre dois e três anos, e considerou o período da primeira infância como importante para o ensino da moral, por se tratar de uma fase em que as crianças estão mais aptas ao ensino. Expõe ainda, que o ensino aos menores deveria ser embasado primeiramente no reconhecimento das letras, e para isso deveriam usufruir do lúdico. Nas palavras de ÉRASME (1992, p. 451) “En ce qui concerne l’éducation de la parole chez les enfants e leur apprentissage de la forme des lettres, comme s’il s’agissait d’un jeu et d’un amusement, Quintilien l’a suffisamment enseigne¹⁹.”

Os espelhos citados nesse estudo mantêm o objetivo de auxiliar na formação de uma ou mais pessoas. No caso de *O Leal Conselheiro*, o conteúdo foi destinado a toda nobreza portuguesa, com o Espelho de Della Casa observamos que foi destinada a uma pessoa específica, para que ele pudesse crescer como um homem de bem na sociedade e com o Espelho de Erasmo vemos que o conteúdo foi destina exclusivamente aos pais de crianças pequenas com a intenção de auxiliar na formação humana e cristã dos infantes.

19 No que diz respeito à educação de fala em crianças e sua aprendizagem da forma das letras, deve ser um jogo divertido, como Quintilian ensinou – Tradução livre.

3. DOM DUARTE

Esse capítulo apresenta assuntos referentes à formação familiar de D. Duarte e tratará a respeito dos pais desse rei que foram D. João I e D. Filipa de Lancaster. Além dos pais, apresentaremos os irmãos desse rei e as características que os tornavam tão diferentes uns dos outros. Incluímos também aspectos relevantes ao matrimônio de D. Duarte com a rainha D. Leonor. Essas informações são pertinentes para compor o esboço da vida de D. Duarte, e nos possibilita refletir sobre as ações desse rei, assim como, sobre o seu manual Leal Conselheiro.

O décimo primeiro rei de Portugal, filho de D. João I e Filipa de Lancaster, foi o herdeiro da casa de Avis e ao longo de sua vida demonstrou apreciação pela cultura e pela arte de escrever. Grafava todas as suas ideias e conselhos. A influenciadora desse hábito possivelmente teria sido a sua mãe que atuou, fortemente, na educação e nos costumes do monarca, pois tinha uma formação erudita.

D. Duarte, limitava-se a aconselhar, escrevendo meticulosa e pedagogicamente os seus pensamentos com a minúcia tímida dos plumitivos. Sabia muito em, dizia-o até em latim, excellentemente, o que convem e pertence a um bom capitão; sabia leaes e fortes corações havia em Portugal e como nos ingleses (inglez era pela mãe) abundavam valentes homens de armas. Sabia todas as cousas, mas não passava de um letrado! Toda a sua energia vacillante, consumia-a dissertando. Transformava o confessor em secretario, para redigir as invenções do seu espírito, em que á falta de virilidade, sobravam as exigências de litterato coroadado. (MARTINS, 1936, p. 179)

A relação entre os ingleses e portugueses foi consolidada com o casamento da D. Filipa com o rei D. João I, para celebrar não apenas a união dos reinos, mas também a paz esperada por aquele povo. As descrições dessa celebração indicam uma grande festa que alegrou o povo, recuperando o ânimo depois de terem acompanhado a disputa que girava em torno da ocupação do trono português.

Da igreja voltaram, ao paço a comer. O condestável metre-sala das bodas, e quando todos riam, na alegria da mesa, elle ria também, galhofeiro, com esse encanto simples dos temperamentos justos e espontâneos. Desafivelam-se os cintos, vasavam-se as taças, engorgitavam-se as viandas. As donas fidalgas cantavam em côro, e em trono das mesas os rapazes exercitavam - se em saltos, trepando em cordas suspensas, ou em mastros (MARTINS, 1936, p. 17).

D. Filipa esposou-se do rei aviseno e dessa união iniciou-se uma idade nova para a corte portuguesa. O casal propiciou, segundo consta em “*Os filhos de D. João I*” de Martins (1936), uma alteração completa no caráter e nos costumes da corte portuguesa. Nesse momento a população estava em estado semibárbaro e prezava pelos prazeres da carne. Isso nos faz refletir que os vícios eram muito cometidos no contexto medieval, por esse motivo *O Leal Conselheiro* foi um manual importante.

Diz-nos D. Duarte que o rei e a rainha fizeram casar mais de um cento de mulheres, não havia uma ligação ilícita, nem um adultério conhecido. A corte era uma escola. D. Filipa, pregando ao peito o seu véu de esposa casta, com os olhos levantados aos céus, não perdoava. Terrível, na sua mansidão, trazia o marido sobre espinhos (MARTINS, 1936. p. 18).

Em “*Os filhos de D. João I*” Martins (1936, p.17) descreve as características de Filipa de Lancaster quando se tornou a rainha de Portugal. Ela tinha vinte e nove anos, era uma mulher saudável, de cabelos loiros, fria e serena assim como são as inglesas. Depois de dois anos do matrimônio vieram os filhos reais, tinham pouca diferença de idade. Em Martins (1936) são descritos todos os filhos da casa de Avis: D. Afonso, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Branca, D. Izabel, D. João e D. Fernando.

Os primeiros dois anos foram estéreis; mas logo em 1390 a rainha começou, uma pontualidade inglesa, a produzir o seu filho annual. Em 1390 nasceu o infante D. Afonso, que morreu de dois anos. Em 1391, D. Duarte, que sucedeu a seu pae no trono. Em 1392, D. Pedro, fadado para melancólicos destinos. Em 1393 falha. Em 1394, D. Henrique, o Scipião portuguez, inventor do nosso império ultramarino. Em 1395, D. Branca,

fallecida na infância. Em 1396, provavelmente algum desmancho. Em 1397 D. Izabel, que casou com o duque de Borgonha. Depois, a fecundidade cansa: há intervalos. Em 1400 nasceo infante D. João; em 1402, o pobre martyr de Tanger, o infante D. Fernando, Isaac effectivamente immolado por um Abraham terrível, em holocausto ao gênio quase semita que nos impelia, como phenincios, para a aventura dos mares. Depois o manancial esgota-se (MARTINS, 1936, p. 17-18, grifo nosso).

Os filhos da casa Avis à medida que cresciam demonstravam características diferentes e por isso também assumiram direções desiguais, segundo Martins (1936, p.26), D. Duarte foi um homem passivo, D. Pedro tinha um caráter mais voltado às decisões políticas. Já o último filho homem entre os mais velhos foi D. Henrique que (1936, p.26) “mostrava a força de um homem em ação, obedecendo cegamente a impulsos que não contrariava”.

Ainda que suas personalidades fossem singulares faziam parte de uma mesma linhagem, que em nosso entender, refazia a imagem atribuída a D. João I -o filho bastardo que assumiu o governo de Portugal- reforçando a ideia novamente de continuação monárquica a partir da ligação sanguínea na casa de Avis.

Todas as decisões realizadas ao longo do reinado de D. João I (1357-433) foram com o propósito de legitimar o poder régio, de fortalecer a economia e a conquista de novas terras. Com a morte do rei, o filho D. Duarte passou a ter a responsabilidade pela continuidade no poder da dinastia de Avis.

Na morte de D. João segundo consta no livro os filhos de D. João I capítulo VI Leal Conselheiro Eram todos homens feitos, quando o velho rei morreu em 1433. O bastardo contava cinquenta e seis annos, D. Pedro quarenta e um; e dos presentes, D. Fernando, o mais novo, estava nos trinta, D. João tinha trinta e três, D. Henrique trinta e nove, e D. Duarte era o que recebia a coroa da cabeça inanimada ali caída, fazia n'esse anno quarenta e dois. De todos os irmãos, D. Duarte era

o que mais succumbia, dir-se-ia ter acabado também, cingido à alma do pae, levado na azas negras da morte (MARTINS, 1936, p. 155)

Com quarenta e dois anos completos D. Duarte recebeu, em 1433, o comando da coroa portuguesa. Sentia-se abatido por tamanha responsabilidade que a partir desse momento lhe tomava. O sucessor possuía um carácter literato e sentia não poder assumir com valor a função que recebia como governante, mas Fr. Gil Lobo, seu confessor, chamou a sua atenção: “Acorde, senhor, para o officio do rei!” (MARTINS, 1936). Isso porque “era um excelente homem, mas sem vontade, em que o carácter se manifestava apenas pelo escrúpulo”. (MARTINS, 1936).

D. Duarte foi um homem interessado pelas letras e pela cultura. Conhecido e estimado por ter tido acesso a uma das maiores bibliotecas do reino e realizado a leitura de muitos livros, mantendo o estilo de vida inclinado a apropriação do saber foi reconhecido como "o Rei-Filósofo".

Entre 1437 e 1438, ano de sua morte, D. Duarte, décimo primeiro rei português, ocupa seu tempo livre (...) na escrita, compilação e organização de suas obras, até então anotações fragmentadas, cartas, conselhos, regimentos, memórias, sumários, mezinhas, enfim, escritos vários. O que determina o debruçar-se sobre sua esposa, D. Leonor de Aragão, que, observando os constantes apontamentos que ele fazia, decide solicitar ao esposo que reúna seus escritos soltos. Aparentemente, daí surgiu o Leal Conselheiro (MUNIZ, 2001, p.247).

Casou-se, no ano de 1428, com Leonor de Aragão (1402-1445) e segundo interpretação de passagens sobre o rei, teria sido acometido por uma paixão que não o deixava exercer sua função de governante de um reino, esse amor o fez destinar o comando governamental à sua esposa, legitimado em testamento, pois com a sua morte, o filho em menoridade não poderia assumir o controle do governo. Mas a necessidade em prolongar o sistema estabelecido por D. João I foi propriamente a razão pela qual D. Duarte aceitou a coroa de rei, e com isso, seria o governante que iria perpetuar Dinastia de Avis.

A família, na mais bella expressão do seu valor social, realisava assim a abstração da immortalidade³⁷ com o facto da sucessão das gerações transmitindo de uma a outra Idea, um pensamento, uma vontade. A Alma dos Paes, ao despedir-se da terra, renascia com azas novas no corpo dos filhos que entravam em cheio na arena da vida (MARTINS, 1936, p. 27).

Acreditava-se que com a morte de um monarca, os costumes, ensinamentos e pensamentos, continuariam pertencendo a aquele reino. Com essa finalidade os sucessores da linhagem sanguínea eram criados, ou seja, eram educados com o propósito de manter o poder do governo anterior. A noção de um conhecimento passado de pai para filhos assegurava não apenas a sucessão, mas também apontava a preocupação que existia em preparar as futuras gerações. No caso de Portugal, o reinado curto de cinco anos revelou que:

Nunca houve na terra bondade maior do que D. Duarte. Escrupuloso, methodico, pontual no cumprimento dos seus deveres, sem assomos de vaidade, nem violentas de orgulho, sem maior grandeza de animo, mas com um dom de resignação superior, o príncipe por sorte infeliz é um exemplo de dar serenidade á consciência dos reis (MARTINS, 1936, p. 32).

Sobre isso, se compreende que o monarca não possuía as características esperadas para um líder, ainda que tenha sido preparado por seu pai desde a infância para substituí-lo ao trono, não foi capaz de demonstrar indiferença às questões humanas, nem mesmo de colocá-las em posição inferior da política e dos negócios. Segundo Martins (1936), foi sim, bondoso e pontual com suas obrigações administrativas, mas seu lado literato sobressaia a todos os outros, por isso manteve um ânimo curto e humor melancólico.

3.1 O Rei filósofo.

O monarca era visto como um homem sem energia nem profundidade, mas nos parece contraditório analisar o rei nessa perspectiva, uma vez que ele foi autor de livros e aconselhamentos como *O Leal Conselheiro* (1438). Como podemos pensar nesse homem como indivíduo de pouca vontade, sem ânimo²⁰, mas que acreditava nas boas ações humanas? Compreendemos que uma possível explicação para essa questão seria à escolha feita por ele em atuar no seu reino produzindo seus escritos, destaca-se que os seus tratados foram um compendio como um diário da sua vida.

Chamavam-lhe eloqüente, não porque tivesse o dom de persuadir com a sua palavra captivante ou entusiástica, mas por prezar as letras como —grammatico e algum tanto lógicoll. Foi o litterado coroadado, com os vícios e qualidades d'esta classe de homens, e, sobretudo, com essa paralytia da vontade que provem da inclinação total de communicar ao próximo, escrevendo, aquillo que se pensa e por isso se imagina querer. A literatura tem esse defeito inherente: toma a nuvem por Juno, confundindo as obras com as palavras. E o litterato medíocre apresenta esta aggravante: dar valor de ensino ás banalidades que lhe passam pelo cérebro, como passam pela Idea de qualquer outro que, todavia, não pratica o vicio de as communicar ao próximo (MARTINS, 1936, p. 160).

O seu desejo em comunicar ao outro se revertia em escritos, seus pensamentos foram expressos por meio de registros e se repetia o processo de escrita quando ele almejava alguma coisa. De acordo com essa passagem, podemos observar que as letras eram essenciais em sua vida. Foi considerado um eloquente e filósofo, dado o fato de cercar-se dessa necessidade de ler e escrever. Segundo Martins (1936), as obras de D. Duarte foram também compostas por parte de sua biblioteca particular.

Não satisfeito em apenas ler e conhecer livros, sentia a necessidade de escrever, ou seja, queria produzir os seus próprios conteúdos.

Quando se lêem as obras de D. Duarte, se fala de originalidade do pensamento vem um traço para a compreensão do seu caracter, cotejando-as com o catalogo da sua livraria, observa-

20 Dedicar-se à escrita, ter uma vida reclusa, sem aventuras, guerras, constantes movimentações, era considerado “um indivíduo de pouca vontade e de pouco ânimo”, porque o ânimo estava diretamente relacionado ao movimento.

se que o rei possuía completamente a sciencia do seu tempo, e que, sem innovar, sabia comprehender. Meticuloso como letrado que era, não lhe bastava ler: carecia de produzir por escripto as leituras próprias coando-as pelo seu espírito bastante incolor (MARTISN, 1936, p. 165).

A sensibilidade para compreender as grandes produções de escritores da antiguidade e até mesmo do medievo foram importantes fontes de inspiração para sua escrita de acordo com a nossa análise. Um primeiro aspecto foi à semelhança dos pensamentos de D. Duarte com Sêneca quando relatou no documento destinado para corte portuguesa sobre a ociosidade como um pecado. Vemos em *O Leal Conselheiro* (1438) que a ociosidade ou preguiça é um dos vícios humanos que destroem a produção humana e faz com que o tempo seja gasto com situações individualistas e egoístas. Assim, a preguiça segundo entende o monarca leva os homens a se ocuparem de situações improdutivas.

Dessa forma, ele nos apresenta no capítulo vinte e seis do manual *O Leal Conselheiro* (1438) intitulado “Do pecado da ociosidade” a discussão da visão do ócio como um pecado ou vício. O autor expressa suas considerações sobre o tempo que muitos perdem de suas vidas. Nas palavras de D. Duarte:

Os que priguçosamente obram fazem dias e noites pequenas, dizem que nom acham tempo abastante por se scusar de suas priguças, oqual perdem segundo diz Sêneca, davyda que he grande, mas nos afazemos curta, por assabermos mal e priguçosamente repartir, e despender. Aqui he de conssijrar como por nossa myngua leixamos daprender, saber e praticar virtudes, boas manhas pera alma perao corpo e perdemos muyto tempo que já mais cobrar nom poderemos (D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. XXVI).

Uma questão que merece nossa atenção aqui é a ação do rei como homem em seu tempo e espaço e, mais do que isso, a qualidade dessas ações para a sociedade. Percebemos na passagem que muitas são as pessoas que entregam o seu tempo a diferentes fatores de pouca importância, e do tempo vivem se queixando. São muitos os que fazem dos seus dias e noites menores, reclamando por não ser suficiente o seu tempo quando, em verdade, é facilmente entregue a distrações e ocupações sem sentido para o coletivo.

D. Duarte conhecia Seneca; toda a Idade média o estudará; conhecia e citava os santos padres e doutores da Igreja; sabia a escolástica, seguia a doutrina de S. Gregório, das três almas que há em nós: a vegetativa, a sensitiva e a racional (MARTINS, 1936, p. 170).

Sêneca foi um filósofo do Império romano (4 a. C - 65). Em sua obra “*A brevidade da vida*” relatou sobre essa falta de comprometimento com o tempo presente. Ao longo da Idade Média continuou sendo um dos principais expoentes intelectuais e foi estudado por D. Duarte. Ambos os autores demonstram, segundo nosso entendimento, uma preocupação em expor a maneira como os homens deveriam ocupar o tempo. Para o filósofo estoico era difícil compreender porque as pessoas necessitavam por mais tempo, se não usam o tempo que já possuem. No capítulo oito, Sêneca (2000, p. 9) se expressa com as palavras “Brinca-se com a coisa mais preciosa de todas [...], pois é um incorpóreo e algo que não salta aos olhos, por isso é considerado muito desprezível, e não lhes atribuem valor algum”.

E continua a explicação apresentado:

Ninguém devolverá teus anos, ninguém te fará voltar a ti mesmo. Uma vez principiada, a vida segue seu curso e não reverterá nem o interromperá, não se elevará, não te avisará de sua velocidade. Transcorrerá silenciosamente, não se prolongará por ordem de um rei, nem pelo apoio do povo. Correrá tal como foi impulsionada no primeiro dia, nunca desviará seu curso, nem o retardará. Que sucederá? Tu estás ocupado, e a vida se apressa; por sua vez virá a morte, à qual deverás te entregar, queiras ou não. (SÊNeca, *A brevidade da vida*, 8, 5).

Essa passagem de Sêneca reflete o que de mais verdadeiro podemos pensar sobre a vida, ela realmente se inicia e encerra para todos e, ainda que muitos mantenham acesa a vontade de prolongá-la não será possível. Conhecendo esse escrito, o rei D. Duarte enfatizou no manual *O Leal Conselheiro* (1438) que a ocupação humana deveria ser para fazer o bem, e bem fazer todas as coisas ao longo da vida.

Em *Carta a Lucílio*, Sêneca escreveu ao jovem alguns ensinamentos, entre eles a questão da capacidade humana de raciocinar, atribuindo a essa característica a grande diferença existente entre os homens e os demais animais.

No homem, enalteçamos só aquilo que se lhe não pode tirar, nem dar, aquilo que é específico do homem. Queres saber o que é? É a alma, e, na alma, uma razão perfeita. O homem é, de facto, um animal possuidor de razão; por conseguinte, se um homem consegue a realização do fim para que nasceu, o seu bem específico atinge a consumação. A razão não exige do homem mais do que esta coisa facilíma: viver segundo a sua própria natureza! O que torna este objectivo difícil de atingir é a loucura generalizada que nos leva a empurrarmonos uns aos outros na direcção do vício (SÊNECA, *Cartas á Lucílio*, 41, 8).

De acordo com essas palavras, deveríamos ocupar o tempo com o uso da alma humana que, no século XIII, foi interpretada por Tomás de Aquino como alma intelectual, ou seja, a razão que é o único fator que nos diferencia dos outros seres vivos. Ser um animal possuidor da razão implica fugir dos impulsos animais para conseguirmos viver bem e fazer o bem. A superioridade dos homens com relação aos outros animais para Sêneca foi exatamente de poder usar do seu intelecto para dominar as coisas que pertencem à natureza animal.

No manual *O Leal Conselheiro* escrita por D. Duarte (1391-1438) observamos uma ampla análise embasada tanto em Aristóteles e Sêneca que pertenceram à Antiguidade, quanto em Tomás de Aquino que viveu no século XIII. Os estudos desses filósofos que foi realizado pelo rei português aparecem em forma de aspectos éticos e morais, que deveriam ser adquiridos pela monarquia e demais membros da nobreza.

Ao elaborar conselhos para a corte portuguesa, no século XV, assumiu a forma das anotações de espelho de príncipe, literatura que ficou frequente ao longo da Idade Média, no Ocidente.

Para Aristóteles (384-322 a. C), o homem deveria ser percebido como um ser uno, formado por um conjunto de corpo e alma. Esse filósofo grego considerou em seu escrito *Da Alma* (2011) que seria alma como forma nutritiva, sensitiva e intelectual. Para ele, os conhecimentos se iniciam pelos sentidos, e por esse motivo atribuiu importância à alma sensitiva. Para o autor, o homem uno de corpo e alma, de sentidos e de intelecto, dá alma aos homens da corte. Dessa forma, mostra evidências de Aristóteles sobre a alma que move a potência em ato.

Entendemos que Aristóteles interpretou o homem como ser portador da razão e por isso capaz de transformar o intelecto que possuem em potência no ato por meio de ações coletivas.

Devido a essa consideração que o manual *O Leal Conselheiro* (1438) produzido por D. Duarte se assemelha aos ensinamentos de Aristóteles, pois os seus escritos são destinados aos nobres da corte que precisavam transformar os vícios: ociosidade, gula, avareza, luxúria, soberba, inveja e ira em virtudes, como temperança, prudência, caridade, bondade, diligência, humildade, paciência e castidade, que só seria possível quando a alma humana estivesse disposta a trabalhar em suas dificuldades.

Muitas das obras de Aristóteles foram perdidas no incêndio de Alexandria. “E foi no Império romano do Oriente que a obra de Aristóteles voltou a ser regularmente lida assim como apreciada e finalmente traduzida para o árabe a partir do século X” (BINI, 2011, p. 22). Podemos ter o contato com alguns textos aristotélicos devido ao trabalho de homens como Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino que fizeram estudos —se revelaram vigorosos e fecundos teólogos, superando o papel menor de meros intérpretes e aproveitadores das originalíssimas concepções gregas.

Em *Ética a Nicômaco* (1991), Aristóteles se dedicou ao escrito que segundo nosso entender revelaria o bem da polis (cidade grega) como um resultado de ações dos indivíduos, dos cidadãos virtuosos, que assim estivessem para alcançar o que considerava a perfeita virtude, o fim último das ações: o bem.

O Leal Conselheiro (1438) de D. Duarte foi, segundo Martins (1936), destinado para pensar em uma sociedade além do individualismo. O rei percorreu suas ordenações alinhadas ao cristianismo com o fim transcendental da vida coletiva. O propósito do documento se inclinou ao pensamento coletivo, e da noção dos seres humanos formados na sociedade e para a sociedade.

Observamos no decorrer da análise do *O Leal Conselheiro* (1438) que o seu conteúdo estabeleceu afinidade também com o pensamento do mestre escolástico Tomás de Aquino (1225-1274). Essa proximidade apareceu segundo nosso entender, na discussão feita sobre a disposição da alma nos seres humanos e principalmente por ter se baseado em uma sociedade com finalidade coletiva.

O rei de Portugal inclusive menciona ao longo do documento, Tomás de Aquino. No capítulo quarenta e sete, especificamente nas páginas 161 a 169, o rei aborda sobre as mulheres e a maneira de preservar, sobretudo as mulheres espirituais. O capítulo segundo escreve do perigo da conversar com essas mulheres. Assim, a passagem nos serve de uma possível evidência de que o rei eloquente teria tido o acesso aos conteúdos produzidos por esse teólogo e filósofo medieval.

O mestre escolástico, citado no *O Leal Conselheiro* (1438), viveu no século XIII e a sua existência se destaca ao cuidado intelectual. Tomás de Aquino foi um filósofo que se dedicou ao estudo e às meditações, de acordo com uma de suas biografias presente no livro *Seleção de textos* (1979) esse medieval teria nascido em Roccasecca no ano de 1225 e falecido em 7 de Março de 1274, com apenas 49 anos de idade. Ainda quando criança teve uma educação guiada por monges beneditinos, e posteriormente em 1244 teria aderido à ordem dominicana.

Os dominicanos foram um grupo de religiosos que pertencia a Ordem dos pregadores, e como o nome sugere pregavam e possuíam a função de cristianizar. De acordo com Fortes (2011) tomaram como principal elemento definidor de sua identidade os estudos e não a pregação. Os frades dominicanos não possuíam rendas para os seus sustentos por dedicarem o tempo em grande parte ao ofício intelectual, e que por essa razão foram chamados de mendicantes por terem criado a hábito de mendigar, ou seja, pedir o auxílio de outros para viverem.

O tempo utilizado por esses que compunham a ordem era de extrema importância para o exercício intelectual. No entanto, os dominicanos se diferenciaram das outras ordens mendicantes por se instalarem, segundo o historiador Le Goff (2001), nas cidades e foi no espaço de maior circulação humana, que desenvolveram suas atividades.

Foi diante do contexto social das cidades medievais que o filósofo dominicano entendeu que a liberdade do pensamento não foi uma característica concedida por Deus à humanidade que, de certa forma, contrastava com a ideia de iluminação difundida pela Igreja até o século XIII.

Portanto, considerou o medievo como o momento de pluralidade dos pensamentos e, nele, o homem conseguia obter a consciência do papel que desempenhava na sociedade, pois o conhecimento não teria em seu entender ligação com eleição divina apenas aos homens da Igreja.

Ao longo da Idade Média os conflitos na área intelectual foram pautados nos que defendiam a fé e outros a razão. Com a divulgação da filosofia aristotélica, graças a traduções feitas pela escola de Toledo na segunda metade do século XII, esses entraves tiveram uma proporção maior, principalmente com as traduções feitas de filósofos gregos. Segundo Mattos (1979) O papa Gregório IX chegou a limitar a sua ordenação a pregação das obras de Aristóteles, desde que expurgadas de afirmações contrárias aos dogmas da Igreja. Iniciou-se, assim, a cristianização da filosofia aristotélica, o que só veio a se tornar possível graças ao espírito analítico, a capacidade de ordenação metódica e a habilidade dialética de Tomás de Aquino, que ele aliava a um profundo sentimento da fé cristã.

Como precursor do método escolástico, Tomás de Aquino nos possibilitou refletir sobre o ser humano como um ser capaz de compreender o seu espaço e tempo a partir da razão. Justificou a respeito do espaço comum de convivência entre os homens como local necessário para nos tornarmos humanos. Se fossemos como outros animais nós poderíamos de acordo com Aquino viver isolados, porém como seres sociáveis, ou seja, nos tornamos humanos por estarmos em sociedade e somos políticos por precisarmos dos outros para permanecer vivos. Além disso, não podemos saber de todas as coisas, e por isso precisamos constantemente do outro, isso também justifica a busca incessante pelo aperfeiçoamento intelectual.

Acerca dessa situação explica Tomás de Aquino na obra *Escritos políticos* (2011) na segunda parte, intitulada *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre* (2011, p. 131) “E, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade”. Por meio dessa descrição sobre o ser humano como um ser social, conseguimos compreender com mais clareza, e refletir sobre a noção de coletividade no *O Leal Conselheiro* (1438).

A questão da qual D. Duarte tratou no manual de boa conduta foi especialmente, de influenciar a disposição da alma dos súditos. Ao propor essa mudança aos ocupantes da corte portuguesa ele estava de certa forma defendendo que esses homens seriam formados pela sociedade e para a sociedade, e o senso de coletividade precisava ser adquirido por esses homens. Segundo Tomás de Aquino (cap. II, §1), “Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim. Todo homem, dada naturalmente, a luz da razão, pela qual é dirigido ao fim, nos seus atos.” Esses dizeres expressam que os homens possuem a razão como algo que pode vir a ser, e para se tornar algo precisa ser transformada a potência em ato.

O homem, no entanto, possui somente em geral o conhecimento natural do que lhe é necessário à sua vida, como quem possa chegar, dos primeiros princípios universais, ao conhecimento das coisas particulares necessárias à vida humana. Ora, não é possível abarcar um homem todas essas coisas pela razão. Por onde é necessário ao homem viver em multidão, para que um seja ajudado por outro e pesquisem nas diversas matérias, a saber, uns na medicina, outro nisto, aquele outro noutra coisa (TOMÁS DE AQUINO, *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, cap II, § 2).

O mestre dominicano descreve nessa passagem sobre o rompimento do individualismo, e esclarece ser próprio da animalidade humana. Para Tomás de Aquino o intelecto é uma faculdade da alma, parte da análise de totalidade, e por esse motivo o intelecto não estava separado da alma, enquanto que a alma junto com corpo forma a unidade que tanto foi mencionado por Aristóteles e em seguida por Tomás de Aquino.

Assim, a unidade do ente - indivíduo - foi o argumento decisivo para defender que a alma intelectual seria um conjunto de intelecto, e corpo. Para tanto, devemos identificar que o intelecto, conforme Tomás de Aquino (1225-1274) está nos homens em potência. No livro intitulado *Questões disputadas sobre a Alma* (1953) escreveu na questão IV sobre o uso desse intelecto para se tornar um ato:

[...] há de se considerar que, visto que o intelecto possível está em potência para os inteligíveis, é então necessário que os inteligíveis movam o intelecto possível. Mas aquilo que não tem ser não pode mover algo [...] Portanto, se o intelecto possível deve ser movido por um inteligível, é necessário que tal inteligível seja feito por meio de um intelecto. E como aquilo que está em potência a algo não pode produzir este algo, é necessário propor, além do intelecto possível, um intelecto agente, que produza os inteligíveis em ato que movam o intelecto possível (TOMÁS DE AQUINO, *Questões disputadas sobre a alma*, cap. IV, § 4).

Nessa citação observamos que o movimento do intelecto, que seria o pensamento reflexivo se torna possível apenas aos seres humanos, porque a característica que nos diferencia dos demais animais, e seres vivos é a capacidade de usarmos do raciocínio. O intelecto agente não é o mesmo em todos.

[...] Logo, uma vez que o intelecto possível não está, pelo seu ser, separado de nós, mas unido como forma, e se diversifica conforme o número de homens existentes. Sendo assim, é necessário que também o intelecto agente esteja unido a nós como forma, diversificando-se conforme o número de homens existentes (TOMÁS DE AQUINO, *Compêndios da Teologia*. In: Seleção de textos, 1979, p. 92).

Essa habilidade humana que, evidentemente, fez com que Dom Duarte (1391-1438) pudesse pensar no reino, como também na civilidade necessária para a nobreza da corte. Foi com a característica de curiosidade intelectual, que ficou reconhecido, e passou a ser titulado com “o Rei Filósofo”.

Esta virtude social foi teorizada por muitos séculos. Anteriormente pelo filósofo grego Aristóteles e por Tomás de Aquino, no século XIII, em que ambos os escritores descrevem essa virtude como algo que deveria fazer parte das relações de existência humana. Ao expor sobre as duas naturezas do conhecimento no livro *Ética a Nicômaco* (1991), essa responsabilidade aparece explicitamente como consequência de uma formação intelectual, proveniente da instrução e a segunda sobre a formação moral, que se constituiria no espaço social.

As questões que se direcionam ao governo das ações como a possibilidade de se atingir um desenvolvimento social, aparecem também nas obras de Tomás de Aquino. A abordagem tomasiana a respeito da ética e moral se relaciona com os escritos de D. Duarte em *O Leal Conselheiro* (1438), pois ao considerar na obra *Do reino ou dos governos dos príncipes ao rei de Chipre* a necessidade de virtudes específicas ao governante do reino, demonstrou que a justiça, temperança, prudência e fortaleza, só podem pertencer ao homem quando a capacidade intelectual é desenvolvida.

Porém, essa necessidade de formar as pessoas da corte também se encontra com a noção de governo que compreendemos em Tomás de Aquino, que elevou a questão do governante para o campo da moral, ou seja, de se pensar não apenas sobre os costumes, mas também na finalidade das ações, de entender mais a fundo as consequências. Esse ensino da moral e dos bons costumes é, portanto, o conjunto da governança para esse mestre dominicano.

O bem comum é uma consequência dessa apropriação de conhecimentos que pode fazer com que as pessoas adquiram os novos hábitos para melhorar o convívio social. Assim, compreendemos que, esse estudo não apresenta apenas sobre o governo do reino, ele incorpora também o governo das ações a partir do uso do intelecto pelos homens.

[...] tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação, portanto age pelo intelecto, que opera manifestamente em vista do fim. Acontece, porém agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que opera a própria diversidade dos esforços e ações humanas patenteia. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim (TOMÁS DE AQUINO, *Do reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*, cap. II, § 1).

Aquino afirma no capítulo oitenta e dois que os homens precisam das potências sensitivas para compreender as coisas por meio dos sentidos tato, olfato, paladar, audição e visão. E é necessária a existência de um intelecto agente:

[...] ora o que está em potência só pode passar ao ato mediante algum agente. É indispensável, por conseqüente algum agente que torne inteligível em ato as - imagens recebidas por potências sensitivas [...] É preciso postular um outro intelecto, que faça com que as imagens inteligíveis em potência sejam inteligíveis em ato, assim como a luz faz com que as cores visíveis em potência se tornem visíveis em ato. É o que chamamos de intelecto agente, o qual seria ocioso postular, se as formas das coisas fossem inteligíveis em ato, como afirmaram os filósofos platônicos (TOMÁS DE AQUINO, *Compêndios da Teologia*. In: Seleção de textos, 1979, p. 89).

Tomás de Aquino escreveu a respeito dos poderes temporais e espirituais, segundo Mattos (1979, p. 22), as ideias de Tomás de Aquino revelam o equilíbrio entre as tendências conflitantes da época. O Estado (poder temporal) é concebido como instituição natural, cuja finalidade consistiria em promover e assegurar o bem comum.

Por ter obtido o acesso a esses filósofos e por terem feito parte dos estudos ao longo da sua formação que podemos considerar D. Duarte um rei que manteve vivo seu lado humanista que inclusive se sobressai ao político. Com isso, acreditamos que D. Duarte nos mostrou a possibilidade de modificar as ações dos homens da sua corte. *O Leal Conselheiro* (1438) segundo nossa compreensão foi mais do que os registros em um diário, foi também a vontade de transmitir conhecimentos básicos que pudessem tocar a alma dos indivíduos de sua época.

3.2 A sabedoria em Dom Duarte: considerações sobre o fracasso governamental e a melancolia do rei

A inclinação humanista do rei de Portugal que teve o acesso a grandes filósofos da antiguidade e do medievo, acreditando no melhor dos seres humanos foi interrompida pela tristeza que começou quando ainda era um jovem príncipe de vinte e três anos.

O próprio D. Duarte narra seu sentimento de melancolia em *O Leal Conselheiro* (1438). Tratou desse sentimento como uma doença, que o próprio D. Duarte chamou de “humor menencorico”.

Segundo o infante, o início dessa enfermidade aconteceu ao assumir algumas das atividades do reino enquanto o rei D. João foi para o território de Ceuta. Por esse motivo, a responsabilidade por assuntos relacionados ao conselho, justiça e finanças ficou sob sua incumbência.

Relata que o seu rei e pai que possuía muitas virtudes lhe ordenou antes da partida para Ceuta que ficasse no comando de tais atividades. Recebeu a ordem de seu pai e a cumpriu, mesmo considerando ter pouca idade e dessas questões pouco saber.

No início, relata que se levantava cedo, ouvia a missa, estava na relação até o meio dia. Dava audiência durante muito tempo, depois ele ia ao quarto onde permanecia por muito tempo. Recebia os vereadores das finanças até às oito da noite. Não tinha uma distração de maneira frequente, não saía para o monte ou para caça. Conta ter permanecido nessa situação até a páscoa contra a sua vontade. Não se sentia satisfeito, pensava que pudesse ser recorrente da mudança de idade. Porém, não acostumava bem a essa função.

A tristeza crescia sem que ele pudesse compreender a sua origem, Depois de dez meses passou por uma situação de saúde que o fez sentir medo da morte e começou a pensar sobre a brevidade da vida.

Para o monarca, a dor da qual foi curado, serviu de gatilho para se questionar sobre a vida e a sua duração. Ao que nos parece, o rei teria também ficado com receio de sua morte, mas esse medo o fez pensar sobre o período breve em que não se pode ter o conhecimento exato de quando terminará.

Narrou também sobre outro acontecimento que expressou, segundo o nosso ponto de vista, toda humanidade e o amor ao próximo. Nesse episódio, ele escreve sobre a doença da rainha, sua mãe D. Filipa de Lancaster.

Ao ajudar a mãe e rainha Lancaster ele se compadeceu da dor e a serviu sem medo, assim deixou de sentir a tristeza melancólica. O mal estado da virtuosa Rainha era devido a peste, doença que a matou como também a muitos outros no decorrer da Idade Média. Segundo o infante, o grande sentimento pela causa da mãe o fez perder o medo da vida, teria servido as necessidades da mãe com a doença enquanto muitos não aceitavam. Para ele

esse momento foi de colocar-se no lugar da própria mãe, e vendo que o sofrimento dela era maior que o seu era “como se não sentisse a própria doença. E isto foi o começo da cura”.

D. Duarte teria ainda permanecido por cerca de três anos com esse humor melancólico e, conseguiu segundo ele próprio, ficar por dois meses fora dessa aflição. Escreveu em *O Leal Conselheiro*, ter percebido a sua boa disposição de saúde e com boas folganças, em suas palavras “[...] assim eu perdera e recuperará o dito sentido das folganças e prazer. E dali em diante fui perfeitamente são, como se de tal doença nunca fora tomado” (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, § 5).

No livro sobre “*Os filhos do rei D. João I*” Martins (1936), indica que o sucessor de Portugal foi analisado como um homem repleto pela melancolia.

É esta impressão resultante do exame do Leal conselheiro, que, se tivesse datas, seria um diário completo de sympathia e melancolia existência de D. Duarte: esse rei cheio de virtudes, mas destituído de qualidades, capaz de compreender a ordem e o valor das cousas, incapaz, porém, de mandar, por debilidade constitucional da vontade e da intelligencia (MARTINS, 1936, p. 166).

Relatou sobre a temperança, fortaleza e prudência como elementos importantes na luta contra a tristeza.

Com essa leitura percebemos que ele passou por dificuldades familiares e sentimentais, mas que sempre deu a devida importância ao aperfeiçoamento do intellecto.

O seu merecimento emineute está no valor que dava a intelligência, — porque o entendimento p nossa virtude mui principall; e no seu tempo, em que a sciencia e o estudo era ainda aristocráticos, o rei acertava também observando que os seus tratados — principalmente devem pertencer para os homens de corte que desejam viver virtuosamente, porque aos outros bem penso que não muito lhes praza de os ler, nem de os ouvir. (MARTTINS, 1936, p. 168)

No livro *O Leal Conselheiro* (1438), essas virtudes parecem enfaticamente em todo o conteúdo, porém dentre essas, a caridade recebeu um capítulo específico chamado “Da caryadade”. Nele o autor escreveu em poucas páginas

um saber aprofundado sobre o amor ao próximo e a Deus. Portanto, a caridade considerada por D. Duarte era “[...] he consijrar que como Ella seja amar nosso senhor deos sobre todallas cousas, e nosso prouemos por el como nos” (1843). Por esse amor a Deus e aos outros continua o rei, devem os homens guardar os mandamentos divinos tanto os relacionados a alma quanto aos do corpo.

Os homens, como o monarca, explica Martins (1936) “ficariam perfeitos, se a sorte, não impusessem fardos superiores as suas forças”, outros como D. Duarte sentindo pouca força para reagir ao mundo se fecham em seus pensamentos e desejos, e ficam “sem força para reagir nem coragem para protestar, refugiam-se assustados no intimo recôndito da sua alma, vigiando-se da sorte adversa com a penitência dos pecados aparentes que cometem”.

O monarca de Portugal não foi chamado ao dever de líder por amor à função, segundo Martins (1936) esses três irmãos da casa de Avis, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique possuíam cada um características que se fossem aderidas a um único homem formaria um ótimo rei.

Por este amor minucioso das letras chamaram-lhe o eloqüente: não porque a sua palavra ardente e convicta, o seu entusiasmo⁵⁰ decidido e enérgico, arrebatasse a alma nacional. O bom rei D. Duarte não tinha no peito essa chama em que D. Henrique ardia, nem a profunda compreensão da sabedoria distinta em D. Pedro. Nascêra leal e conselheiro: virtuoso, trabalhador, pontual, mas sem aquilo que faz os homens - a vontade. Era uma d'estas creaturas indecisas que todavia se matam revolvendo-se: desoladas pela infficacia do que fazem conhecendo o que deviam praticar, mas sem forças decisiva, afflictas por bondade, enleadas em escruplos, esmagadas pelo remorso impotente, e refugiando-se no interior de uma consciência tão virtuosa como passivamente incapaz de impor a sabedoria á ação (MARTINS, 1936, p. 180)

Para esse autor, o rei tinha nascido realmente para ser um conselheiro, demonstrava ser virtuoso, trabalhador, pontual, mas não possuía aquilo que o faria ser um verdadeiro homem à vontade. Assim, tudo o que fazia se tornava ineficaz, insuficiente, porque não conseguia colocar em prática todas as coisas boas e belas que pensava. O evento de Tanger, cidade ao norte de Marrocos,

foi marcado pela tragédia portuguesa do reino aviseno e o último acontecimento importante durante a vida que ele participou.

Explicamos anteriormente que as funções de D. Duarte na coroa portuguesa se iniciaram ainda aos vinte e três anos de idade quando ficou responsável por auxiliar seu pai D. João I em algumas atividades do rei, que acabou custando parte de sua saúde emocional. Porém, com a morte do rei, ele teve que obedecer a hierarquia monárquica tornando-se o chefe da coroa portuguesa a partir de 1433. Segundo o cronista Ruy de Pina:

Esse momento chegou com a morte de Dom João I. D. Duarte que lhe sucedeu ao throno, era um espírito doentio, fraco de vontade, incapaz de persistir numa resolução, embora a considerasse justa e útil, vivendo, por isso, em continua tristeza e tortura (RUY DE PINA, *Chrônica d'El-Rei D. Duarte*, III, § 2).

Pode-se perceber que o cronista faz uma descrição de D. Duarte e fica claro que a tristeza foi evidenciada com as palavras desse autor. Assim, conseguimos evidenciar que o objetivo dessa descrição foi de apresentar o novo rei de Portugal como um homem muito diferente de D. João I.

O novo rei, D. Duarte (1433-1438), hesitou por algum tempo em receber a coroa, mas acabou concordando em ser o rei de Portugal. De acordo com “*Os filhos de D. João I*” na edição de (1936) de Martins, esse novo rei apresentava as seguintes características:

De constituição débil, acrescentando á fadiga própria do trabalho o cansaço de espírito proveniente da sua virtude escrupulosa, exagerando as dificuldades, estonteando a cabeça, e julgando dever matar-se tanto mais, quanto maiores eram os problemas, o pobre infante cedeu ao peso da tarefa, e caiu enfermo de uma anemia, ou de uma dyspepsia, charactersada pelos symptomas do que ainda popularmente se chama hypocondria e que elle próprio denomina humor merencório (MARTINS, 1936, p. 31).

No decorrer do seu comando no governo, os portugueses perceberam que Ceuta, por si só, de nada valia, e iniciou as reflexões sobre a conquista de novas cidades e algum território em Marrocos. Assim, o território de Tanger ao

norte do Marrocos passou a ser um ponto de cobiça para a política de expansão do reino. D. Henrique que carregava um espírito aventureiro pediu a D. Duarte para que o reino pudesse fazer uma segunda campanha para a África.

D. Duarte não pretendia autorizar a expedição para as terras de Tanger, alegava que o povo precisava de sossego. Além do que, uma campanha como essa custaria muito para a fazenda do reino, e a fazenda estava pobre, tentavam arduamente manter o território de Ceuta. Para Martins (1936) “Ceuta custava a conservar, por isso mesmo que era um baluarte isolado e só entre as praças de guerra de Marrocos”.

Defendiam os interessados que com a tomada desse território teriam um segundo reino português e com os lucros que poderiam adquirir dessas conquistas os problemas de ordem financeira em Portugal poderiam deixar de existir. E depois da influência da esposa D. Leonor, dos irmãos D. Pedro e D. Henrique o rei —optou pela temeridade e disse, sim. Organizaram a expedição com quatorze mil homens, armas, cavalos, piões e serviçais.

O rei vendo a agitação por todo o reino não conseguia parar e pensar na morte, e “as lágrimas corriam-lhe às vezes espontaneamente dos olhos”. Segundo Ruy de Pina, ele minava-se de uma tristeza imensa, era indeciso: em alguns momentos ele queria, em outros não queria. Pensava em desfazer todos os preparativos para África, mas foi vencido pela esposa D. Leonor que soube como fazer para que o marido obedecesse a todas as suas vontades.

A mulher é muitas vezes um capricho com forma humana. D. Duarte curvou mais ainda a cabeça e disse a final que sim, com o coração duas vezes despedaçado, pela consciência de cometer um erro, e pela fraqueza de não poder resistir às suplicas da esposa (MARTINS, 1936, p. 218).

Partiram para a batalha em vinte e três de Agosto no ano de 1437, e com quatro dias de viagem chegaram até Ceuta, lá foram informados que um terror negro havia se espalhado nas comarcas rurais da cidade, e mesmo assim D. Henrique manteve com o firme objetivo de chegar a Tanger. Nessa expedição foram assolados pela fome, pela sede e foram obrigados a entregar Ceuta como condição final dessa disputa.

D. Henrique não poderia imaginar que na batalha contra os mouros seu irmão o D. Henrique e outros homens portugueses seriam feitos reféns. D. Fernando seria a moeda de troca de Ceuta (MATINS, 1936) “e para a garantia das mais estipulações ficava conosco o filho de Calabençala, antigo senhor de Ceuta, sheik de Tanger”. D. Duarte ao receber a notícia da catástrofe em Tanger chorava, “acusava-se da sua condescendência tibia, cheio de dor por se sentir culpado, elle, que tão claramente pregava, escrevendo, a firmeza reta da vontade” (MARTINS, 1936).

O rei de Portugal que sofria de baixa estima, passou a sentir o remorso por ter contribuído com seu sim para a expedição. Não poderia ele imaginar tamanha tragédia, mas se sentia um pecador por ter colocado seu irmão nas mãos dos mouros como refém. As notícias que se espalhavam eram de que o sheik não devolveria o príncipe de Portugal, se não lhe dessem Ceuta, (MARTINS, 1936) “Quase cercados pelos Mouros, os Portugueses viram-se obrigados a deixar reféns para poder embarcar, ficando em mãos inimigas o infante D. Fernando, mestre de Avis, que morreria no cativeiro”.

O filho guerreiro de D. João I já tinha negociado com o sheik para devolver Calabençala, mas decidiu enviá-lo para Algarves. D. Duarte insistiu para D. Henrique saísse de Ceuta, segundo Martins (1986) “Não vendo meio de obter o escambo dos reféns, mandou para Algarves o príncipe mouro, mas teimou em ficar em Ceuta, apesar das insistências de D. Duarte para que voltasse”.

A falta de humanidade com o infante D. Fernando foi um dos motivos que agravou a tristeza que atacou o espírito e o corpo de D. Duarte. O rei mostrava ser extremante sensível ao humano, aos sentimentos, aos pensamentos e com a perda do irmão na expedição de Tanger sua indisposição para a vida se aflorou. Aquele rei letrado, que dedicou a maior parte de sua vida ao aprimoramento do intelecto ficou conhecido como um eloquente e seu irmão D. Henrique, que supomos ter sido o grande causador da tragédia por não entregar o território de Ceuta aos mouros, ficou conhecido e aclamado como o herói.

E a sorte da bondade é sempre esta, o que prova que o mundo é mau. Os bons são essencialmente fracos, e, para a realidade, a fraqueza é o summo defeito. Talvez esteja n'esta falta o motivo de nós queremos, sim, á bondade, mas olhando-a por via de regra com um certo desdem sobranceiro, como se Ella sempre fosse o synonymo de simplez (MARTINS, 1936, p. 181).

Não houve rei mais bondoso, de acordo com Ruy de Pina, do que D. Duarte. A realidade no século XV com a expedição de Tanger foi de fracasso logo no início, foram para a guerra com quantidade de homens menor do que de seus combatentes, tinham poucos recursos financeiros para bancar a expedição devido ao custo alto com Ceuta, e por ter franca disposição para a realidade o rei deixou-se influenciar por D. Leonor, sua esposa, e aceitou mesmo em terríveis condições angariar novos territórios.

Portugal inteiro celebra a memória de D. Henrique por ter sido um heroe, e de D. Fernando por ter sido uma vitima: celebre-se também a lembrança de D. Duarte, cuja bandade não tem méritos inferiores, nem ao gênio de um, nem á desgraça do outro. Entre ambos, o pobre rei malfadado pela sorte, soffreu no martyrio de um irmão a consequência da deshumanidade de D. Henrique, por isso mesmo que a sua bondade lhe não permitiu impor limites ás temeridades do heroe (MARTINS, 1936, p. 180).

O príncipe português D. Fernando foi deixado pelo seu povo para morrer em cativeiro. Dos que estavam com ele cinco também morreram. D. Duarte teria tentado, segundo consta em "*Os filhos de D. João I*" (1936) recuperar o irmão vivo, mas "grande número dos nobres alegava que de modo algum Ceuta devia entregar-se" (MARTINS, 1936). Pressionado pelos nobres da corte, o rei mais uma vez não contou com a sua própria razão, e o irmão foi deixado a sua própria morte.

Pode-se dizer que D. Duarte sofreu com o óbito de seu irmão D. Fernando. Podemos perceber que o monarca foi uma pessoa muito bondosa, e por isso conseguimos constatar nas palavras de Martins (1936) o sofrimento que sentiu ao perder seu irmão por via da desumanidade.

4. ESPELHO DE PRÍCIPE.

O gênero de Espelho de Príncipe foi muito usado no contexto medieval porque expressou a maneira pela qual o ensino e a formação foram pensados e difundidos entre as pessoas. Com a análise de *O Leal Conselheiro* (1438) podemos adquirir informações a respeito dessa formação para a sociedade do século XV, como também observar qual foi o modelo de homem que se pretendia formar para esse período da história de Portugal.

Não basta elaborar uma análise do Espelho de Príncipe no *O Leal Conselheiro* (1438), sem que se compreenda inicialmente a que esse gênero trata. Para fundamentar nossa análise sobre esse gênero literário recorremos ao historiador francês Pierre Riché, especialista em estudos sobre a Idade Média que analisou os Espelhos de Príncipe.

Esclarece Pierre Riché, na introdução a obra de Dhuoda, "*La educación cristana de mi hijo*" (1995) que entende essa literatura como um manual que tinha um objetivo educacional. Essa educação por sua vez, teria sido baseada nos princípios morais e bíblicos. Ele define que Bíblia foi cada vez mais considerada a única fonte da vida moral, como o espelho no qual os homens devem aprender a se olhar e assim pode-se assemelhar a um manual de educação.

Desde el punto de vista educativo, hay que senalar que mientras los conceptos Morales de la antigüe Del saber em los médios dad se olsapariciónvidaban como consecuencia de la desaparición Del saber em los médios laicos o seglares, la Biblia se consideraba cada vez más como la única fuente de la vida moral, como el espejo en el que los hombres debrían aprender a mirarse (RICHE, 1995, p. 19).

Assim, essa ideia de um espelho foi aplicada para ilustrar a questão do olhar sobre si mesmo, ou seja, da reflexão de suas próprias ações. O homem como a imagem e semelhança de Deus proporcionava um grande poder educativo, pois se os indivíduos deveriam semelhantes a Deus, precisariam também seguir as boas ações, os bons pensamentos e agir virtuosamente.

Esse modelo de ensinamento foi considerado por Soares (1994) como um espelho de príncipe que, em seu entender, existiu aproximadamente ao longo de treze. Essa maneira de escrito tratou das relações de poder, pois, mantinha o interesse em elencar quais seriam as características necessárias ao governante. Em outras palavras, o Espelho de Príncipe era composto por conselhos e recomendações morais, por conseguinte, esse gênero literário fez parte da formação educacional dos príncipes medievais.

Essa ordem aconteceria por meio do estabelecimento de normas, virtudes e, principalmente do direcionamento dos feitos humanos utilizados, em geral, para promover três modelos de reflexões: no campo filosófico; no âmbito da moral e, por fim, no pensamento político.

Além disso, o que une o Espelho de Príncipe ao modelo de ações proposta por D. Duarte foi à necessidade de formar seus súditos com vistas ao bem comum²¹, ou seja, essa formação para corte portuguesa teve como princípio estimular o homem a pensar e agir em prol da coletividade.

Logo, se é natural ao homem o viver em sociedade de muitos, cumpre haja, entre os homens, algo pelo que seja governada a multidão. Que, se houvera muitos homens e tratasse cada um do que lhe conviesse, despertar-se-ia a multidão em diversidade, caso também não houvesse algo cuidando do que pertence ao bem da multidão, assim como se corromperia o corpo do homem e de qualquer animal, se não existira alguma potência regedora comum, visando ao bem comum de todos os membros (TOMÁS DE AQUINO, L. 1, cap. II, § 4).

Nessa passagem de Tomás de Aquino (2011) fica claro que a sociedade precisa de um governo que vise o bem comum. Assim também vimos no Leal Conselheiro (1438) escrito por D. Duarte, pois propõe uma formação por meio das virtudes, dessa forma o autor apresenta durante o escrito, as virtudes se contrapondo aos pecados. Dessa maneira, ele apresentou o uso das virtudes como o meio que permite os homens pensarem em suas ações no espaço coletivo.

21 Bem comum foi entendido no estudo de acordo com o sentido elaborado por Tomás de Aquino, de um espaço em que as pessoas possam viver em harmonia social. Citação de (TOMÁS DE AQUINO, cap. II, § 4) [...] Isso podendo, diz Salomão (PR 11,14): —Onde não há governante, dissipar-se-á o povoll.

O *Leal conselheiro* (1438) de D. Duarte expressou um novo modo de formar os homens, essa mudança que nos referimos esteve fortemente apresentada por esse rei. Com relação a essa formação dos homens do século XV, D. Duarte (1391-1438) faz a seguinte reflexão:

Eassy com agraça ao senhor oboostudo filhado com boa teeçom, de simprez, faz sabedor, do que bem nomujeteperado, e virtuoso. E de tal leeravemos três proveitos, Primeiro despender aqueltenpo em bem fazer. Segundo acrecetar em boa sabedoria. Terceiro por ocuidado, quando esteveroccioso, avedolebraça do que leeo, nom se occupar e alguns nomboos pensamentos, ate retornando ao que aprender acrecetar em boo saber e virtude (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, I, p.4).

Nesta passagem, o rei aconselha o círculo dos nobres da corte para perceberem e se habituarem à leitura como uma conquista que auxiliaria na formação. Essa atividade desenvolveria a capacidade intelectual dos homens, especificamente, com a condição de se apropriar dos ensinamentos transmitidos por meio dos escritos. Para ele, a sabedoria poderia ser construída por meio das leituras e o pensamento deveria estar a todo o momento sendo visitado por boas recordações, de compreensões realizadas durante o tempo dedicado ao aprendizado.

4.1 Análise do Leal Conselheiro

A obra *O Leal Conselheiro* escrita por D. Duarte (1391-1438), em 1438, foi um tratado que apresentou como conteúdo principal as virtudes. Esse trabalho foi formado por trezentas e vinte e uma páginas. Na primeira parte do livro ele distribuiu as informações que julgou serem importantes para a formação dos nobres da corte portuguesa.

A estrutura que esse escrito apresenta a linguagem original do português arcaico que foi a linguagem escrita da época e várias divisões desses conselhos, com o total de sessenta e três capítulos, sendo que o capítulo de número quarenta e nove possui ainda quarenta subcapítulos.

Para melhor analisar o conteúdo da obra, elegemos quatro temáticas que foram: a primeira sobre o Intelecto; a segunda a respeito da vida de D. Duarte e sua família; a terceira, as menções feitas aos pecados e em quarto, as virtudes.

Acerca do intelecto inserimos os conselhos do capítulo I: Das partes do entendimento; capítulo II: Do entender e da memória; capítulo 47: Do perigo da conversação das mulheres espirituais, que teria sido baseado em um tratado de Tomás de Aquino; capítulo 54: De que se deve ler nos livros dos evangelhos e de outros semelhantes para os lerem proveitosamente capítulo 59: Da maneira para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem.

A respeito da segunda parte que compõe nossa análise, destacamos aspectos da vida de D. Duarte e de pessoas que lhe eram próximas, os seguintes capítulos: o capítulo 11: Dicto Conselho; o capítulo 19: Da maneira que fui doente do humor melancólico e dele guarneci; o capítulo 20: Dos motivos que se acredita sobre o humor melancólico e dos remédios contra ele; o capítulo 24: Do conselho que sobre este dei ao infante D. Pedro; o capítulo 44: Das maneiras de amar e o capítulo 45: Da maneira como se devem amar os casados.

Em relação aos pecados, terceiro tópico, por nós selecionados, escolhemos os seguintes capítulos: o capítulo 15, Da inveja; o capítulo 26: Do pecado da ociosidade; o capítulo 27: Da quinta e sexta diferenças por que caímos em ociosidade; o capítulo 28: Do pecado da Avareza; o capítulo 30: Do pecado da luxúria; o capítulo 32: Do pecado da gula e o capítulo 60: Do regimento do estômago.

E, por fim, os conteúdos relacionados às virtudes estão apresentados nos seguintes capítulos: o capítulo 34: Da fé; o capítulo 37: Das outras virtudes e ciências a que da fé por variadas maneiras; o capítulo 38: Da esperança; o capítulo 43: Da caridade; o capítulo 49: Em geral sobre a prudência, justiça, temperança, fortaleza, e as condições que pertencem ao bom conselheiro; na décima segunda parte do mesmo capítulo: Das definições em geral das VII virtudes principais, e especialmente as três teológicas, segundo a intenção de alguns sábios; o capítulo 50: Do dito livro sobre a dita virtude da liderança e o capítulo 63: Da guarda da lealdade em que faz fim todo este tratado.

O intelecto no *O Leal Conselheiro* (1438)

Começemos por destacar o assunto da intelectualidade na pessoa de D. Duarte (1391-1438). Sobre essa questão observamos que esse rei, durante sua vida, foi apaixonado pelas questões humanistas e literárias tendo estudado Aristóteles, Sêneca e Tomás de Aquino. O *Leal Conselheiro*, segundo o próprio D. Duarte, era um tratado de ciências dos homens da corte, para que pudessem viver virtuosamente. O autor segue explicando a qual parte da sociedade esse manual seria válido:

E este tratado me parece que principalmente deve pertencer aos homens da corte que alguma coisa saibam de semelhante ciência e desejam viver virtuosamente, porque aos outros bem penso que não muito lhes apraz de o ler nem ouvir. E assim como se fazem os freios de formas extravagantes que a umas cavalgaduras não freiam, mas que outras são com elas bem ensinadas, semelhante se faz nas ensinaças da moral (DOM DUARTE, *O Leal conselheiro*, p. 5, tradução nossa).

A disposição da alma é colocada como necessária para conseguir entender e compreender o manual. Aos eruditos, destacou que ainda que fosse considerado algo simples eles deveriam, com mais humildade, reconhecer o proveito dele, pois toda leitura e todo conhecimento existentes permitem que se tornem pessoas melhores, transformando-se como tempo dedicado aos estudos: o simples em sabedor, o destemperado em justo. E aos outros, ainda que com dificuldade, devem procurar entender e realizar a leitura desse tratado.

Cada vez, atentamente, estando razoavelmente bem-dispostos os que lerem e ouvirem. [...] de outra forma entendo que aos eruditos parecerá mais simplesmente feito e aos sem tão bom entendimento, porque de semelhantes leituras não têm bom conhecimento, mas devem procurar o entendimento [...] E, posto que a primeira pareça não sentirem proveito de o ver nem ouvir, saibam que o ler de bons livros e boa conversação faz acrescentar o saber e virtudes da mesma forma que cresce o corpo, que nunca conhece senão passado algum tempo: de pequeno que era, se acha grande, e o magro, mais gordo, provido de carnes. E assim com a graça do Senhor o bom estudo, tomado com boa atenção, do simples faz sabedor, do que não era vive bem, temperado e justo (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, I, p.3, tradução nossa).

A leitura da obra teria, segundo D. Duarte, três proveitos: primeiro de ocupar bem o seu tempo, em segundo de se tornar sábio e, por terceiro, evitar pensamentos ruins.

E de tal ler havemos três proveitos. Primeiro, despender aquele tempo em bem fazer. Segundo, acrescentar em boa sabedoria. Terceiro, pôr o cuidado, quando estiver ocioso [...] não se ocupando em alguns não bons pensamentos, antes, retomando ao que aprender, acrescentar em bom saber e virtude (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, I, p. 4, tradução nossa).

Que a leitura desse tratado possa sustentar os homens assim como fazem as abelhas, —Prazer-me-ia que os leitores desse tratado tivessem a maneira da abelha, que nas folhas mais costuma de pousar, e dali tomam parte de seu sustento (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. I, § 3). Dessa passagem podemos aferir que o rei pensava em um homem no qual as leituras sustentassem o seu comportamento. Esse sustento seria o alicerce de seus pensamentos e ações.

Escreveu também sobre amor pelo conhecimento e sabedoria. Adverte para que se conheça a quantidade que o corpo aguenta ler, por isso adverte: “não leias muito de uma vez só, se poderes aguentar ler doze folhas, não leias mais três ou quatro, e isto para entenderes melhor o que leres, parra recordares durante mais tempo e para te enfadares menos dele.” (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1433, cap. LIV, §1).

Mas, ao mesmo tempo em que a leitura deveria ser o alicerce das ações humanas, precisava existir um cuidado para realizá-la e delas conseguir usar como fundamento para uma vida virtuosa, ou seja, para “boas ações” que se afastam da ignorância, como as ações sábias e prudentes.

Primeiramente, manter a frequência das leituras:

Deves algumas vezes forçar a leitura, mas não exageres o esforço porque isso traz fastio e aborrecimento. Lendo frequentemente e com intervalos não muito pequenos, é melhor, quando leres, mais lentamente do que estás habituado e bem atentamente (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1433, I, § 1, tradução nossa).

D. Duarte escreve sobre a leitura como uma maneira de mostrar aos súditos que o exercício de boas ações seria possível por meio do conhecimento, dessa maneira ele aconselha-os para quem leiam com frequência.

Em segundo lugar, sempre ler bons livros:

E pensai que o ler é obra meritória: e, porém é bem, assim como vos não enfadares de rezar algumas vezes o —pai nosso, assim alguma coisa cada dia leredes por Ele; e nunca tanto tempo leia, se tiveres boa intenção, que deixes de achar coisas que novamente vos deem prazer, ainda que já as tivesses lido (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. LIV, § 2, tradução nossa).

Ainda sobre os conhecimentos que poderiam ser adquiridos com as leituras, o rei menciona ser importante conhecer bons livros. Em nosso entender, essa passagem expressa ainda uma preocupação em mostrar a leitura como auxiliar em sua formação, mas que também poderia ser prazerosa aos homens.

Em terceiro lugar, liberdade para conhecer:

Não tenhas opiniões fechadas que tudo quando leredes queiras torcer para concordar com elas, mas tudo vos fazei livre para receberdes qualquer bom conselho e determinação, que por livros aprovados achardes, e vos der tal pessoa do qual o devas tomar (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. LIV, § 2, tradução nossa).

A liberdade para ler tudo e conhecer tudo foi mantida nesse manual como um gatilho para a dúvida, ao manter a posição a favor de várias leituras, o rei também adverte para que os homens possam ter a sabedoria de colocá-las em dúvida, para refletirem e questionarem. Portanto, a dúvida deveria fazer parte do momento das leituras — E por isso diz que p melhor duvidar que insensatamente determinar (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. LIV, § 2). Sobre isso também escreve:

[...] debes algumas vezes provar de ler, ainda que vos pareça que nom aves vontade e sentimento sem ela a um ora nunca muito perfiees porque traz fastio, e aborrecimento, mas usando

amehume, e nom muito juntamente he melhor (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438 cap. LIV, § 1).

Sobre as partes do entendimento humano o rei considerou ser composta de sete divisões:

Primeira de aprender per a qual entendemos e aprendemos bem e cedo que nos dizem e per scripto ou doutra guiza nos he demonstrado. A esta perteece conter ocuydado e estar bem entendo, no que desejamos de aprender, ou dar resposta, costumandonos a novamente aprender aquellas causas que perao estado em que formos pertencerem (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap.I, § 1).

A primeira parte do entendimento diz respeito a compreender de que maneira podemos aprender. Para a segunda parte considerou que:

Segundo de renembrar, per que bem e longamente nos lembra o que sabemos, veemos, e ouvimos, pensamos, e ordenamos fazer, esta recebe ajuda costumandosse afilehar algumas cousas na memória, com ryia vootade. Eper ossaber da arte memorativa bem ordenada, mais tenho que se acrecente, que o contrario, como alguns dizem (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1433, cap. I, § 1).

Na passagem acima, percebemos que o ato de se lembrar das coisas pertence também ao campo da memória e quando essas memórias são acessadas nos permitem acrescentar ao entendimento e tudo que vemos, ouvimos, pensamos e ordenamos.

Quanto à terceira parte:

Terceira, judicativa per aqual damos boo e dereito juízo, no que pensamos, vemos, e ouvimos, não desviando por amor, ódio, e temor, segurança, proveito, perda, prazer, ou sanha, guardando tempo e ordem com devida enformação dos feitos; bbem nos conselhando segundo tal cousa requiere. E a que esta por amor denosso senhor deos e afeijom das virtudes com boo saber, costume dos feitos, de bem em melhor se acrecenta (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1433 cap. I, p. 6).

Para essa divisão do entendimento, D. Duarte entendia que a prudência e bom entendimento de tudo o que vemos, ouvimos e falamos. Destacou que os homens aprendem pelos sentidos e que deveria regular os seus

pensamentos para pensar virtuosamente, seus ouvidos para escutar o que fosse agradável e sua visão para observar as coisas boas e virtuosas.

Quanto à quarta parte:

Quarta inventiva per que somos achadores de novas invenções em qual quer cousa. E nos feitos e obras consyrmarmos novos caminhos pera percalçar o que nos praz, ou nos guardamos do que receamos. A esta se pode apropriar todo o avinamento e percebimento ante do feito, e dêis que somos em elle (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. I, p. 7).

Nessa passagem o rei esclarece que os homens são capazes de inventar qualquer coisa e por isso deveriam ter a sutileza para usar do entendimento.

Para a quinta parte ponderou que: —A quinta, declarador per a qual declaramos, e ensinamos todas as cousas [...] por que do boo aprender nace saber e jeito denssynar (D. DUARTE, *O Leal conselheiro*, 1438, cap. I, § 1).

Para a sexta parte do entendimento mencionou que:

Sexta executiva per que bem e prestemente damos a execuçom oque nos compre, e acordamos de fazer, não o tardando, pospoendo per leixamento, preguiça, e minguido coração, empacho, e lividade, avareza [...] E esta pertencem dar boa ordem em toda cousa que per nos ajamos dobrar ou mandar que se faça fazendo trazer devida fym. Eaquesto specialmente aprudencia pertence (DOM DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. I, p. 7).

O autor apresenta, nessa parte, a prudência aliada às ações humanas, pois entendeu que o homem prudente consegue prosseguir em seus feitos e, por esse motivo, não se abala por preguiça ou qualquer outro impedimento.

Para a sétima parte, considerou:

Seytima, da firmeza e persseverança polla qual somos firmes em nosso boos propósitos, e obras, não as pospoendo, ou leixando no que veemos que he bem e compre de se fazer [...] Eo bem acordado nom omudar por medo, empacho, avareza ou vontade nom razoada de comprazer aoutrem (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap I, p.7).

Mencionou sobre a firmeza em nossas ações, para não deixá-las sem fazer e poder cumpri-las bem com vistas a auxiliar o outro.

Retomando sobre a vontade de ler, D. Duarte aconselha os homens a provarem a leitura, ainda que de início não os tenham a vontade de o fazerem. O rei escreve, ainda, sobre o sentimento que não se deve ter ao realizar essa atividade e destacou que ninguém pode ter aborrecimento e repugnância.

Nom tenhais alguma teençõesassy firmadas na vontade que todo quanto lerdos queirais torcer pêra concordar com elas, mas alem daquelas que per Fe e determinação da sancta igreja aves firmemente crer, outros per vos der tal pessoa de que o debes filhar (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. LIV, p. 296).

Essa passagem nos possibilita refletir sobre a liberdade, pois ao aconselhar a corte escreveu para que eles não fizessem questão de ter uma opinião fechada sobre o que lerem, nem mesmo que concordem com tudo o que lerem. Para D. Duarte essas reflexões serviriam para se retirar ensinamentos deles, assim como, se sentirem livres e abertos para o conhecimento.

Ao propor no *O Leal Conselheiro* (1438) que os homens pudessem ler os evangelhos e ensinamentos para lerem proveitosamente, D. Duarte estaria apresentando uma importante via para se atingir o conhecimento, por meio de saberes com base humanista. Em posição contrária, ao afirmar e concordar com tudo o que se lê, D. Duarte mostra-nos que a dúvida valeria mais do que insensatamente determinar “E por esto dizem, que melhor he duvidar que sandiamente determinar” (D. DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. LIV, p. 296).

Tratou, também, do livro dos estabelecimentos de São João Casiano como exemplo de como devem ser feitas as leituras, ou a busca de novos saberes morais e éticos, por parte da corte.

Todos aqueles que em campo peleja de todas cousas se austeem em queiramos de quaes todos p[er]a podermos receber ensin[an]ça da peleja spiritual, per contempla[ç]ão da carnal, certamente aqueles que nesta vesyvel estudam, bem pelear husar de todas vyandas, as quaes o desejo da carne demanda, não tem autoridade, mas são aqueleas que a ensin[an]ça de taes peleja estabeleceo. E não somente das vyandas defesas, mas bebedice, e todo inchymto necessariamente se devem conter, e ainda a preguiça e ociosidade, e eleixamento por tal que per contynuado exercicio, e aficado pensamento, sua virtude possa ser acrescentada (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. LIX, p. 321).

Todos aqueles que vão para o campo de guerra se ausentam de todas as outras coisas para poderem receber ensinamentos sobre o combate espiritual, tendo que se afastar das comidas, da bebedeira em exagero, e tudo mais que possa o atrapalhar, como a preguiça e ociosidade. Só com essa disciplina seria possível utilizar o intelecto para conquistar as virtudes, já que só com o uso do intelecto se poderia vencer os muitos empecilhos do corpo e da alma.

Prossegue com a explicação a respeito:

[...] E assy de todo cuydado, tristeza dos negócios deste muundo, e ainda da obra do casamento se convem fazer estranho, que a fora o trabalho da sua ensin[an]ça al não queria saber, nem alguma cura deste mundo se embargar, da quele tão somente que he senhor do campo, esperando galardom p[er]a mantimento de sua vyda. E que digna coroa de gloria gaaçarom per seus merecimentos (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. LIX, p. 321).

Pode-se dizer que D. Duarte adverte os homens da corte portuguesa sobre a tristeza e preguiça. Assim, fica claro no *O Leal Conselheiro* que a tristeza fez parte da vida do próprio rei e por isso assumiu a necessidade de relatar sobre esse sentimento aos homens de sua corte. Nessa passagem, conseguimos constatar que o monarca apresenta a leitura como um mantimento para a vida. Portanto, mostra a importância dos homens medievais buscarem na leitura o alimento para se libertar do sentimento de tristeza.

Sobre a vida de D. Duarte no *O Leal Conselheiro* (1438)

A repetição à prática que permite se atingir a perfeição e clareza. Segundo D. Duarte (1843), ainda que algumas afirmações sejam repetidas, ele as fazia para melhor declarar. *O Leal conselheiro* foi retratado como um ABC de lealdade: “A por se referir aos poderes e paixões humanas, em B o bem que os virtuosos e bondosos têm, e por C todos os males e pecados cometidos pelos homens” (D. DUARTE, 1438, *O Leal Conselheiro*, p.3). Assim, o manual começa tratando da lealdade do rei Dom Duarte com a sua corte e se posiciona como um intelectual que por ter o poder de rei e o conhecimento das letras.

Pode-se se chamar de livro do ABC de lealdade, porque, por direito conhecimento de nosso poder, saber, querer, memória, entender, vontade, indicando as virtudes, e alertando dos pecados e outras falhas, se guarda lealdade a nosso senhor Deus e às pessoas a quem se devem guardar (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, I. p.3. tradução nossa).

Amar, no livro de D. Duarte, seria se libertar do individualismo e do bem fazer a si próprio guiado pela vontade de se privilegiar por algo. O amor do qual relata o rei, diz respeito a consideração pela existência do outro e colocar-se a disposição, de os quererem bem e de os fazerem o bem.

No capítulo em que ele trata dos infantes do rei, mostrou dedicar-se para fazer bem e não guardar rancor.

Esforçavamos nossa vontade para refrear o rancor e desejo, e sem interferência de nenhuma pessoa ou opinião geral, fazíamos o que era mais seu serviço e bom prazer, por não sermos daqueles que por vezes amam, obedecem e servem, e no tempo da tentação fraquejam (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. LVIII, 4§, tradução nossa).

Deviam obediência ao seu pai que era o rei de Portugal. Os filhos tentavam aconselhar o pai em suas decisões, porém muitas vezes não conseguiam fazer D. João I mudar suas deliberações, e quando assim acontecia os príncipes acatavam as ordens do pai como obediência.

A relação entre os irmãos:

Suportávamos uns aos outros os temperamentos e vontades de cada um, ainda que não se concordasse em tudo, tão perfeitamente como se fosse em todas coisas houvesse um único juízo, vontade e propósito, suportando o que contra nosso desejo por algum de nós se acertava de fazer, tirando-a da lembrança, como se nunca fora. E isto fazia-nos cumprir grande amor, muita obediência, com singular desejo de sempre sermos em perfeito acordo, que nosso senhor deus e santa Maria, nossa senhora, nos outorgaram desde nossa mocidade, o que pelo dito senhor rei era em grande mercê, e a nós por ele muito amava e prezava (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. LVIII, § 45, tradução nossa).

Cada filho tinha uma virtude em sua medida, mas todos agiam em prol do bem.

D. Duarte também apresentou um capítulo sobre o pecado carnal de homens que tinham a vontade de se aproximar das mulheres. Esse trecho no *O Leal Conselheiro* (1438) foi baseado no escrito²² do filósofo Tomás de Aquino e, intitulado: Em o perigo da conserssação das mulheres.

Por que muitos são negligentes, e esquecidos a conhecer suas mas afeições, e não curam confessalas, pero com deligencia as devem na confissão declarar, e aplicar, distantemente os pecados que dellas nacemento, por tanto he denotar confemença, que nem desvairadas se occupa o coraçom do homem, onde alguns ao afeição, e amor sobeio assy meesmo. Outros ham amor a algumas pessoas e outros as honras do mundo outros as riquezas temporaes, e por que estas cousas todas a cada uma dellas são assy como um muro e parede enpachosa antre deos e alma, por Eosso que aquel que algumm empachos destes já dictos a, não pode seer encaminhado com proveito no caminhdo de deos (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XLVII, p.161).

O perigo descrito no tratado por Tomás de Aquino e inserido na obra de Dom Duarte, foi um alerta aos homens que possuísse a vontade de conversar com as mulheres por finalidade de aproximação carnal. A familiaridade com as mulheres foi um ponto de questionamento apresentado nesse tratado sobre o controle dos sentidos. Segundo Tomás de Aquino:

[...] todas as coisas são honestas segundo diz a escritura, todas as coisas são limpas aos limpos, trabalhando em fazer alguns actos, posto que lhe sejam perigo manifesto pela razão assim com insensíveis, feitos caem muitas vezes em grandes

²² O tratado sobre os sentimentos foi apresentado na primeira parte que tratava do Intelecto e segunda parte relativa à vida de D. Duarte no *Leal Conselheiro*.

erros sem tomarem dele sentido, cuidando que lhes é dado toda a coisa fazer, pois que são espirituais e pero que desta matéria, mais conveniente seja calar (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XLVII, p.165, tradução nossa).

Do dito conselho: ao atribuir significados para os homens de caráter invejoso, D. Duarte escreve ser próprio deles pensarem que tudo merecem, e pensam ser mercedores por terem boas virtudes.

Desto sentem ocontrario os que continuamente trazem ante os olhos da sua memoria, como som boos em virtudes de grande merecimento, ante deos direito e servidores as seus senhores, de alto e grande linhagem, engenho, avendo boa conversação acerca de amigos e senhores. (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XI, p.34).

Porém as virtudes não estão de fato internalizadas em seu pensar e agir, pois acreditam ter o devido merecimento por que estão ao comando de todas as coisas, e quando acontece algo ao contrário do que desejam, sentem como se Deus e o mundo não os fornecem os devidos benefícios como deveriam ter.

E porem concluem que todas as cousas lhe devem vir ao comprimento de seus desejos sentindo muito qualquer coisa que assi acabar, ou possuir nom podem ou de contrario que lhes seja feito, Ca entendem que deos e o mundo eram muito quando todo não vem como lhes parece que é razã (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XI, p.34).

Esse aconselhamento explicita o comportamento dos homens da corte portuguesa.

E por que vi muitos homens errarem por falta de querer, ou saberem assim reger seus corações per este sancto e virtuoso cuidado, muito proveitoso em esta vida para qualquer estado encaminhados muy especial do salvamento das nossas almas, com a graça do senhor deos, e de nossa senhora sancta Maria, por seu serviço e nosso bem, escrevi estas poucas palavras por aviso, lembrança minha, e de algumas pessoas, que de tais feitos tem pequeno conhecimento (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XI, p. 36).

No capítulo Da maneira que fui doente do humor menencorico e dele guareci, D. Duarte narra a doença do humor melancólico do qual ele alega ter se curado. A tristeza que duraram anos sem que se soubesse a sua origem foi um dos principais ocorridos com o rei, que fez parte da sua vida e de sua personalidade.

Por quanto sey que muytos foram, são, e ao diante seram tocados deste pecado de tristeza que procede da vontade disconcentrada que ao presente chamam em os mais dos casos doença de humor menencorico, do qual dizem os físicos quem vem de muytas maneiras perfundamentos, e sentidos desvairados, mais de três anos continuados, fuy del muyto sentido, e per especial mercê de nosso senhor deos ouve perfeita saúde (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 58).

Declarou ainda ter sido sua intenção narrar sobre a situação de saúde que foi afetada pela tristeza, para que dela se tirasse ensinamentos e mostra a sua experiência como exemplo.

[...] com atençom que primeiro escrevi, de alguns desta breve e simples leitura, filhareo proveitosa ensynança, e aviso, e prepus de vos escrever o começo, perseguinto, e cura que del ouve, por tal que mynha speriencia a outros seja exemplo (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 58).

D. Duarte relata sobre o início da melancolia:

Quando eu era de XXII anos El Rey meu senhor e padrecorrido de muytas virtudes, cuja alma deos perfeita cura, despoendosse para filhar a cidade de cepta, mandou me que tevesse carrego, do conselho, justiça, e da fazenda, que em as corte se traotava, por que tanto averia de trabalhar nos feitos que pertenciam pêra sua hida que doutros sem grande necessidade senom entendia curar (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 59).

Nesse episódio D. Duarte escreve sobre o início da melancolia que sentiu e, que segundo nossa compreensão, essa tristeza seria devido ao tempo dedicado aos afazeres no reino que o limitavam de escrever. Nas palavras de D. Duarte podemos perceber que ele ficou ao cargo da justiça e das questões econômicas do reino.

Sobre a rotina de atividades no conselho, e na fazenda do reino português o príncipe descreve que:

Os maisdos dias, bem cedo era levantado, e missas ouvidas eram na relaçom, ata meo dia, ou acreca, e vinha comer. E sobre mesa dava odiencias, per boo spaço. E retrayame a acamera, e logo as duas oras pos meo dia, os do conselho e veedores da fazenda erom com mygo. E aturava com eles ataa IX oras da noite. E desque partiom com oficiais da minha casa estava XI oras. Monte, caça mui pouco husava, e o paço do dicto senhor, vesitava poucas vezes. E aquelas por veer o que el fazia e de mim lhe dar conta (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XIX, p. 59).

Nessa passagem ele conta sobre as atividades realizadas por ele durante o dia. D. Duarte iniciava seu dia acordando cedo para participar das missas e se alimentar, as atividades do reino se iniciavam ainda na mesa enquanto fazia sua refeição. Ele cita as horas de conselho e de conversas com oficiais.

Sobre o relato do questionamento sobre a duração da vida:

E um dia me deu grande sentymento em uma perna, e me fez tal dor com quentura, que me pos em grande alieraçom. E fuy logo remediado, que per graça de nosso senhor, em breve spaço recobri saúde mas filhei um tarryio pensamento com receo de morte, que não somente temy aquela, mes aque todos scusar nom podemos, pensando na breveza da vida presente. E aquel pensamento entrou em meu coração, que per seis meses um pequeno spaç, nunca o del pude afastar, tirandome todo prazer, e acrecentando me a mayor tristeza, segundo meu juyzo que aver podia (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap.XIX, p. 60).

O monarca também deixou registrado sobre o sentimento de tristeza e de humor melancólico em um dos capítulos de *O Leal Conselheiro* (1438). O capítulo foi intitulado: Das aazos per que se acrestam os sentido do humor menencorico e dos remédios contra ele.

E achey que principalmente das duas que foram o começo. Estar em lugar de pestelança, ou acerca. E me dar sobejamento aos ficados, e grandes cuidados, per E estando em tal estado, a muy virtuosas Raynha, mynha

senhora e madre que deos aja de pestelencia se finou, do que eu filhey assy grande sentimento que perdi todo o receo, a ela em as infermydade sempre me cheguey, e asseruy sem algum empacho, como se tal door não sentisse. E aquesto foy começo de minha cura, por que sentindo ela, leixei de sentir a mym. (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, XIX, p. 61).
tempo perlongado, de todo outro nojo, desprazer, e sanha de que ouvesse ryjo sentido, me tornava aquella lembrança da morte com seu receo, tristeza, e tiramento de toda folgança (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, XIX, p.63).

Os principais motivos para a saúde fragilizada do rei foi de sentir desgosto de diversas partes, primeiro porque a peste assolava o povo português e cercava-se dela, que causava medo, tristeza e retirava a tranquilidade.

E quando a tristeza ou outros pensamentos afligiam o rei, ele completou contando o que fazia para combater os maus pensamentos.

Primeiro das três virtudes suso scriptas e recomendo muy special ao nosso senhor, todos os nossos feitos, dictos, e pensamentos, per esmolos, e obras virtuosas dando carrego a outras boas pessoas que semelhante por nos o façom (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 67).

Para o rei, os que se acometessem desse padecimento deveriam pensar, agir em prol das pessoas com uso das virtudes. Continua orientando sobre as virtudes e o seu uso pelos homens da corte.

Segundo usar das cardeaes virtudes, prudencia pêra nos guardar, e prover onde convem, justiça per que nom façamos, digamos, ou pensemos por cousa que nos venha contra a razão e direito. Temperança com quem obremos todas cousas tam temperadamente como se de taes contrários nom fossemos guerreados. Fortaleza principalmente pêra suportar os contrários e nos prover em todo com a graça de nosso senhor, dos mais proveitosos remédios (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 68).

Sobre o amor: escrito no tratado de D. Duarte podemos destacar o amor em bem se fazer, e em bem querer os outros.

Ele destaca:

Co geral contentamento ou conhecimento de amar, ser amado, possuir, e lograr afeição daquela pessoa amada, que muy syngurlarmente ama, faz sentir contynuado prazer, no qual vyvem os boos, e virtuosos amigos de verdadeira amizade, como deve ser antre marido, parentes, senhores, servydores, e muy próprio antre os que se acordam per grande afeição em estado, idade, virtuosa maneira de vyver, e booo desejo, propósito, entender, e vontade (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XLIII, p. 146).

Assim, evidencia o amor ao próximo como uma virtude essencial aos homens nas sagradas escrituras, o bem querer e o bem fazer tornam-se um reflexo, assim como no espelho de Deus com os homens, pois segundo a bíblia seria impossível amar Deus e não amar os seres humanos.

Os pecados apresentados no *O Leal Conselheiro* (1438)

A definição do rei aos que são soberbos:

Sentem contrário dos humildes os que continuamente trazem ante os olhos da sua memória como são bons em virtudes, de grande merecimento ante a deus, direitos servidores a seus senhores, de alta e grande linhagem, engenho e sabedoria, tendo boa prosa acerca dos amigos e servidores. [...] E porém concluem que todas as coisas lhes devem vir na medida dos seus desejos, porque entendem que deus e o mundo erram muito quando tudo não vem como lhes parece que é razoável. Porque este entendimento esconde todas as suas insuficiências e falhas e perante a memória continuada de coisas de grande merecimento, a virtude da alma, do corpo, a sua honesta e boa pratica, a outros serviços feitos e boa disposição para o fazer, não lhes lembrando seus pecados e falhas (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XI, p.34, tradução nossa).

Dessa forma, o rei afirma que os soberbos são acostumados de certa forma a quererem as coisas de acordo com a sua vontade, assumindo um caráter individualista por agirem apenas por seu prazer.

Esses soberbos foram classificados por D. Duarte como: ásperos, tristes, com inchada presunção e desejo de terem tudo o que deste mundo querem. Sobre os invejosos: são os que se sentem superiores aos demais.

Da inveja vem desagrado das superioridades ou igualanças [...] pelo prazer que tomam das superioridades que pensam ter sobra os outros, mas quando se vêm igualados ou que os vencem no que eles pensavam que todos ou os mais venciam, lhes vem este desagrado, rijamente sentido no coração, folgança do mal e abatimento (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XV, p. 45, tradução nossa).

A inveja e soberba eram os pecados principais pertencentes aos homens. Ele elege ainda o egoísmo, luxúria, individualismo, gula e avareza como outros pecados que fizeram parte da nobreza na corte de Portugal. Segundo o rei, os pecados inibem a possibilidade boas ações, e por isso ele apresentou também as virtudes.

As virtudes apresentadas no *O Leal Conselheiro* (1438)

As virtudes regem o tratado *O Leal Conselheiro*, para o autor — necessário saber como devem seguir as virtudes, guardando-se de pecados e outras falhas. Foi de acordo com D. Duarte considerando que esses ensinamentos pudessem ser utilizados para se garantir o espaço do céu, e que o conhecimento deve ser compartilhado.

E a nosso senhor daquele que guardar os seus mandamentos e os ensinar, que será chamado grande no seu reino. Porém, ainda que a minha responsabilidade seja mais mostrar por obra e palavra, alguma parte desejo cobrar de merecimento dos que fazem leituras de boas e virtuosas ensinações, para que, bem vivendo, por sua paga naquela conta pudesse verdadeiramente ser contado (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, p. 2).

Fez um detalhamento das virtudes cardeais que deveriam ser colocadas em uso, foram elas: tranquilidade, justiça, temperança e fortaleza. A tranquilidade foi citada no tratado para proteger e fornecer apenas o que se convém; para a justiça, mostrou sua importância para com ela se pudesse

pensar em coisas com razão e direito; já a temperança para saber agir com as pessoas, sem usar de moderação no agir e nas palavras; e a fortaleza foi principalmente para mostrar aos homens que pudessem ser fortes para suportar tudo com a graça de Deus.

Terceiro compre prover a saúde do corpo por que eu tenho sentido do que ainda que taes feios per mostrança bem sejam soportados a compreissom se gasta e desconcerta, por que convem de o remediar, assy que com a merecde deos seja sempre em boo stado, por que as tranquilidade, e fortaleza do corpo, da geralmente grande ajuda pêra o esforço do coração, sendo acompanhado de toda las virtudes suso scriptas (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, cap. XX, p. 68).

A terceira recomendação foi para a saúde do corpo, pois com um corpo bem forte seria possível suportar as aflições sem deixar que as situações os fizessem se desconcertar, e por esse motivo deveriam se munir de um bom estado de saúde, fortalecendo o próprio corpo.

A tranquilidade foi também apresentada por D. Duarte ao infante D. Pedro como aconselhamento para não se desejar, nem mesmo fazer algo sem o uso da razão e direito.

Temperaes as afeições assy que per elas nom desejeis nem façaes alguma coisa contra razom, e dereito, nem ponhaes tam ryjo a vontade no que vos por alguém parece que devaes requerer, que nom se compryndo o que bem e dereitamente cuidaes que requeres, muyto empece a vosso estado, e repouso do nosso boo coração, mas todo fazendo, e requerendo com razoada deligencia e boa descliçom (DOM DUARTE, *O Leal Conselheiro*, 1438, cap. XXIV, p. 75).

O rei comenta também que existem três poderes dos quais deveria D. Pedro se munir para conseguir ter a tranquilidade [...] primeiro de crer, e governar o corpo, segundo do sentir, terceiro do entender a razão (1843). Quando se perde o bom funcionamento de cada um desses, a tristeza se instala.

Segundo D. Duarte no *O Leal Conselheiro* (1438), foi necessário controlar as vontades individuais. Dessa forma, podemos perceber que o governo do corpo

e da mente dos homens foi o assunto que perpassou durante todos os capítulos dessa obra. Com isso, podemos entender que ele escreveu um manual de boas ações que não foram apenas para governar as atitudes das pessoas. Ele nos mostra que essa questão é mais profunda, porque se referia à mudança de pensamento, e por isso ele atribuía muita importância para atividade intelectual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo sobre a obra *O Leal Conselheiro* (1438) nos permitiu inferir que a formação humana pensada por D. Duarte, para a sociedade do século XV, foi pautada em estudos de importantes nomes da filosofia e da teologia. Nele, o rei pretendeu aplicar uma formação destinada aos homens de sua corte no qual o princípio dessa educação seria o ensinamento de um conjunto de valores morais. Dessa forma, as virtudes de fortaleza, justiça, temperança e prudência, foram apresentadas no documento para guiar as ações desses indivíduos. Dessa maneira, podemos considerar que a compilação desse manual teve por base fundamental as virtudes e a partir de práticas virtuosas os homens poderiam se tornar seres humanos melhores, na sociedade portuguesa.

Pode-se dizer que o manual *O Leal Conselheiro* (1438) foi uma maneira possível de mostrar aos homens da corte portuguesa sobre a humanidade.

Ao longo de todo o documento realizamos o esforço para perceber que o objetivo do monarca foi de modificar as atitudes das pessoas em Portugal. Ele propõe por meio desse escrito uma modificação na maneira de pensar e de agir das pessoas. Assim, podemos afirmar que o aflorar da humanidade apenas pode acontecer quando pudermos nos conduzir, ou seja, nos tornarmos governantes de nossas próprias ações.

Para ilustrar melhor essa questão, o rei apresenta não apenas as virtudes, mas também os pecados. Ele escreveu sobre os pecados para mostrar que eles pertenciam aquele povo e, principalmente que faziam parte das menores ações cotidianas. Por isso, podemos constatar que esse manual serviria de princípio educativo para que esses homens do medievo português pudessem refletir sobre as atitudes em seu dia a dia.

Assim, notamos a mudança que possivelmente D. Duarte estava se referindo e que de fato aconteceu. Partindo do interior da corte e depois externando por meio de boas ações, que os possibilitaria sair da ignorância. Dessa forma, permitia fazer o bem para as outras pessoas e ultrapassar a barreira do egoísmo.

A lição que conseguimos retirar dessa análise esteve muito relacionada ao filósofo e teólogo Tomás de Aquino, pois ele nos permite refletir que a questão principal não está no governo da sociedade, mas sim no governo das próprias ações. E evidenciando que o uso do intelecto permite que as pessoas possam aprimorar as questões morais que fazem parte de uma sociedade.

O bem comum mencionado por Tomás de Aquino, seria, a consequência dessa apropriação de conhecimentos morais que, segundo consta no *Leal conselheiro* (1438) seriam as virtudes, e que entendemos ser o pensar no bem e fazer o bem. Assim, alcançamos a compreensão de que Tomás de Aquino eleva o governo para o campo moral, ou seja, para a finalidade das nossas ações, de entender mais a fundo as consequências e até mesmo o motivo pelo qual agimos. E podemos pensar que o ensino moral e o ensino por meio de conselhos fizeram parte da educação dos príncipes medievais.

No entanto, destacamos que o manual *O Leal Conselheiro* (1438) escrito por D. Duarte apresenta essas questões humanistas porque ele teve o acesso aos estudos de Sêneca, Aristóteles e Tomás de Aquino. Por essa razão que podemos apontar o rei D. Duarte como um homem sensível às questões humanas e principalmente às questões consideradas virtuosas.

Essas características poderiam compor uma das mais belas vidas, porém, sua incapacidade de lidar com as atividades do governo e por ter a percepção de que talvez não fosse um bom rei, fez com ele se tornasse uma pessoa triste.

Portanto, D. Duarte escreveu sobre essas questões por ter o conhecimento de que somos seres sociais e que precisamos do outro para existir. Dessa forma, ele evidencia que o governo das ações e dos pensamentos seria também uma maneira de garantir a própria humanidade.

Todas as virtudes que ele aprendeu lendo os textos do passado foram necessários para aprimorar a convivência social e cada indivíduo dessa corte. Essa dissertação é importante para entendermos tanto o registro histórico produzido por D. Duarte, com a finalidade de mostrar, que houve um homem com boa formação, que estava preocupado com essas questões e para refletirmos sobre a contribuição do passado na sociedade proporcionando pensar sobre a maneira como lidamos com a história.

Assim, concluimos nosso estudo ressaltando que essa foi uma possibilidade entre muitas de pensar a formação humana e a finalidade dela no âmbito social.

6. REFERÊNCIAS

FONTES.

ALBERTO MAGNO. **Tratado sobre a prudência**. Paulus: São Paulo, 2017.

ARISTÓTELES. **Da Alma**. Tradução: Edson Bini. Edipro: São Paulo, 2011.

_____. **Ética a Nicômaco**. Nova Cultural: São Paulo, 1991. 4. Ed. v.II. seleção de textos de José Américo Motta.

BARREIRA. C. F. e SEIXAS. M. M. **D. Duarte a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Editora IEM: Lisboa, 2004.

COULANGES, F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Ediouro, s/d.

COLUMELLE, L. J. M. **De Re rústica (da agricultura)**. Eduem: Maringá, 2014. Tradução de Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Magre Mendes.

COSTA LOBO, A. S. S. **Historia da sociedade em Portugal no século XV**. Imprensa Nacional: Lisboa, 1903.

D. DUARTE. **O Leal conselheiro**. Montreal: University of Waterloo, s/d (reimpressão fac-similar de 1843).

DHUODA. **La Educación cristiana de mi hijo**. Pamplona: Editora Eunate, 1995.

DELLA CASA, G. **Galateo ou dos costumes**. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

D. PEDRO. **Carta que o infante dom Pedroemujou a elrey de Brujas**. Biblos. Revista da Faculdade de Letras, Coimbra, v. LXXVIII, p. 39-54, 1952.

DE BONI, L. Alberto. **A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval**. Porto Alegre: EST, 2010, p. 57- 131.

ERASMO. **De pueris**. São Paulo: Ed. Escala. s.d

FERNÃO LOPES. **Crónica de D. João I (CDJ)**. Ed. de M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990. (2 volumes).

MARQUES, A. H. O. **História de Portugal**. Lisboa: Palas editores, 1977, 7º ed.

MARTINS, J. P. O. **Os Filhos de D. João I**. Livraria Editora: Lisboa, 1986.

MERINO, M. —**Introdução**. In: DHUODA. *La Educación cristiana de mi hijo*. Pamplona: Editora Eunete, 1995.

PINA, Rui de. **Crônica do Rei D. Duarte (CDD)**. Edição organizada por Antônio Borges Coelho. Lisboa, Editorial Presença, 1966.

SÉNECA, L. A. **Cartas a Lucílio**. Trad. J. A. Segurado e Campos Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1991.

_____. **Sobre a brevidade da vida**. Nova Alexandria: São Paulo, 2000.

TOMÁS DE AQUINO. **Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino**. Vozes: Petrópolis, 1997.

_____. **Compêndio de teologia**. In: BARAÚNA, J. L. Seleção de textos. Abril Cultural: São Paulo, 1979.

_____. **Questões disputadas sobre a alma**. É Realizações: São Paulo, 2012.

ESTUDOS.

ANDRADE, A. M. MORAES. C. **O tratado De Re Rustica de Columela na versão portuguesa de Fernando Oliveira.** 2007.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História.** Editora Perspectiva, 1978.

_____. **História e Ciências sociais.** Editorial Presença, 1990.

CAETANO, C. **Um olhar sobre a casa de Ceuta.** Cadernos do Arquivo Municipal, vol. 4, 2015, p. 65-86. ISSN: 2183-3176.

COELHO, M. H. C. **As cortes no reino de Portugal:** antecedentes e concretizações. In: RIBEIRO, M. E. B.; FRANÇA, S.S.L. (Org). A escrita da história de um lado a outro do Atlântico. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2018.

COSER, M. C. **A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português:** uma análise das crônicas oficiais. Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727.

CALVARIO. P. **O Governo da Cidade no De Regno de Tomás de Aquino.** Universidade da Beira Interior, Covilhã: Lusosofia. 2008.

CHAUVEAU, A. **Questões para a História do Presente.** Bauru: Edusc, 1999.

DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo.** Editorial Estampa, 1994.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (2 volumes).

FONTES, C. **A construção da Identidade institucional e os estudos entre os frades pregadores no século XIII**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

FRANÇA, S, S, L. **A história portuguesa medieval preservação, ordenação e esquecimento**. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.490-499, Jul/Dez 2007.

GUIZOT, F. **História da civilização na Europa**. Local: Editora, 2005.

HUMBOLDT, W. **Sobre a organização Interna e externa das Instituições Científica Superiores em Berlin**. In: CASPEP, G. Um Mundo sem Universidades. R. Janeiro: UDUERJ, 1997

LE GOFF, J. **Uma longa Idade Média. Civilização Brasileira**: Rio de Janeiro, 2011.

_____. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LUTERO, M. **Da Liberdade do cristão**. São Paulo: Unesp, 2015. p. 23-69.

MONGELLI. L. M. **A Literatura Doutrinária na Corte de Avis**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

MONTEIRO. G. C. **Sobre Nun' Alvares Peireira**, notas historiográficas. Lusitania Sacra. 22 (2010) 203-221.

MELO, J. J. P. **O sábio senequiano: um educador atemporal**. Eduem: Maringá, 2015.

NARDI, P. Capítulo 3 - **Relações com as autoridades**. In: RÜEGG, Walter. Uma História da Universidade na Europa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996. v. I - As Universidade na Idade Média.

OLIVEIRA, T. **Ética na Universidade medieval, a importância da leitura dos clássicos para a elaboração de Tomás de Aquino**. Educação, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 217-228, maio/ago. 2012.

_____. **Universidade, Liberdade e Política na comuna medieval: um estado de cartas oficiais**. São Paulo: Editora: América, s.d.

PIRENNE, H. **As cidades Medievais**. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. cap. III.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1989.

TEIXEIRA, A. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

SOARES, N, N, C. **Gratidão e lealdade: dois valores humanistas**. Coimbra, 1994, v. XLVI, p. 245-258.

VERGER, J. Os professores. In: RÜEGG (Coord.). **Uma História da Universidade na Europa**. Lisboa: Casa da Moeda, 1996, v. I. p. 143-167.

ZIERER, A. D. João I, **o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade**. Dimensões, vol. 33, 2014, p. 36-60. ISSN: 2179-8869.